

Enjoei S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	5
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	25
Demonstrações contábeis	30
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	37
Relatório do comitê	71
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos diretores sobre Relatório do Auditor Independente	75

apresentação
de resultados

4T22



teleconferência de resultados 4T22



quarta-feira, 15 de março de 2023

15:00 (horário de Brasília)

14:00 (horário de Nova Iorque)

[clique aqui](#) para se inscrever no webcast via zoom.
(em português com interpretação simultânea para inglês).

FALE COM O RI

ri@enjoei.com.br | www.ri.enjoei.com

ENJU
B3 LISTED NM

SMLLB3

IGCB3

IGCTB3

IGC-NMB3

ITAGB3

IBRAB3

destaques 2022

- **GMV total cresce 32% a/a** e **GMV de Moda avança 42% a/a** em 2022
- **Lucro Bruto cresce 75% a/a** em 2022 e 64% a/a no 4T22 vs 4T21
- **Margem Bruta avança 10,9 p.p.** no 4T22 vs 4T21, atingindo 37,1%
- **110% de cobertura** do G&A pelo Lucro Bruto no 4T22
- **Net Take Rate atinge 16,1%**, avançando 3,0 p.p. em relação ao 4T21

gmv total
2022

1,1 bi

(R\$826 milhões em 2021)

receita líquida
2022

139 mi

(R\$106 milhões em 2021)

lucro bruto
2022

49 mi

(R\$27,7 milhões em 2021)

margem bruta
4T22

37,1%

(26,2% no 4T21)

cobertura do G&A
pelo lucro bruto 4T22

110%

(56% no 4T21)

net take rate
4T22

16,1%

(13,1% no 4T21)

4T22

destaques financeiros e operacionais

	4T22	4T21	AH	2022	2021	AH
Receita líquida (R\$ Mil)	34.200	29.543	15,8%	138.901	106.140	30,9%
Lucro Bruto (R\$ Mil)	12.694	7.737	64,0%	48.677	27.772	75,3%
Margem Bruta (%)	37,1%	26,2%	10,9p.p.	35,0%	26,2%	8,9p.p.
EBITDA ajustado (R\$ Mil)	(5.015)	(27.843)	-82,0%	(56.416)	(76.074)	-25,8%
GMV Total (R\$ Mil)	240.354	250.594	-4,1%	1.089.061	826.048	31,8%
GMV Moda (R\$ Mil)	193.952	163.729	18,5%	811.566	572.814	41,7%
Gross Billings (R\$ Mil)	64.062	49.733	28,8%	257.743	184.965	39,3%
Take rate (% gross billings/GMV)	26,7%	19,9%	6,8p.p.	23,7%	22,4%	1,3p.p.
Net take rate (% receita bruta/GMV)	16,1%	13,1%	3,0p.p.	14,4%	14,7%	-0,3p.p.
Itens transacionados (milhares)	1.591	1.516	4,9%	6.622	5.453	21,4%
Receita líquida/ item transacionado (R\$)	21,5	19,5	10,3%	21,0	19,5	7,8%
Lucro Bruto/ item transacionado (R\$)	8,0	5,1	56,3%	7,4	5,1	44,3%
Cobertura de G&A pelo Lucro Bruto (%)	109,8%	56,0%	53,9p.p.	81,4%	62,9%	18,4p.p.



mensagem da administração

Acionistas ENJU3,

Nesta mensagem da administração, além de trazermos comentários sobre o ano de 2022, daremos uma perspectiva dos caminhos a serem trilhados neste ano.

Breve retrospectiva.

No início de 2022, demos visibilidade ao nosso objetivo de seguir crescendo a base de compradores e o número de transações por vendedor.

No tema rentabilidade, projetamos uma evolução gradual da nossa margem ao longo do ano, com um propósito claro: assegurar que as despesas gerais e administrativas fossem cobertas pelo lucro bruto, um importante passo para que os investimentos em futuro fossem destacados dos recursos destinados a financiar a operação.

No âmbito estratégico, compartilhamos nossos pilares, demonstrando o nosso intuito em fortalecer o core business, em especial, o foco em moda second hand.

Destaques do 4T22.

Quando são observados os resultados do ano, é notório que seguimos nosso plano com consistência:

- No consolidado anual, a receita líquida cresceu 31%, enquanto o lucro bruto cresceu 75%. Na comparação do 4T22/4T21, a receita líquida cresceu 16%, enquanto o lucro bruto expandiu 64%, representando um acréscimo de 10,9 p.p. em nossa margem bruta, atingindo 37,1% no último trimestre.
- O take rate fechou o ano em 26,7%, um avanço de 6,8 p.p. no 4T22.
- O net take rate progrediu 3 p.p., atingindo 16,1% em 4T22.
- Na comparação 4T22/4T21, observamos que as despesas gerais e administrativas, desconsiderando SOP, reduziram 17%. Com isso, alcançamos 110% de cobertura de G&A por lucro bruto no 4T22, contra 56% 4T21.
- No mesmo período, as despesas publicitárias tiveram uma queda de 54%.
- Em GMV, tivemos um crescimento de 32% no ano, atingindo R\$ 1,1 bi em 2022. No 4T22, mantivemos um patamar estável de 240,4 milhões, -4,1% contra 4T21, destacando que o GMV da categoria moda cresceu 18% no período.

Esses resultados são positivos, principalmente considerando os eventos de fim de ano (copa do mundo e eleições) e a elevada base comparativa, dado o maior investimento em marketing realizado no ano anterior, e a variação do ticket médio das transações, consequente do maior foco em categorias de moda.

A nossa base de compradores ativos cresceu 19%, atingindo 1,2 milhão de usuários, fortalecendo a liquidez da plataforma.

Encerramos o ano com 1 milhão de vendedores ativos. Com isso, asseguramos o tamanho da base que conquistamos no ano anterior, enquanto aumentamos o número de itens transacionados por vendedor ativo em 7%.

mensagem da administração

Perspectivas para 2023

Neste release, daremos luz sobre como o Enjoei pretende navegar em um ano que será pautado por uma agenda de desafios tanto no cenário local quanto global.

É importante ressaltar que o caminho que decidimos trilhar levou em consideração as oportunidades que vislumbramos e o contexto que estamos inseridos.

Por um lado, as oportunidades.

Seguimos otimistas sobre o potencial a ser capturado pelo Enjoei - atuamos em um mercado ainda incipiente, amplo e com muito a explorar. Cada consumidor de e-commerce pode se tornar um novo consumidor de second hand.

Poder de Consumo

Uma conjuntura onde há deterioração no poder de consumo, em geral, é um evento catalisador para novos hábitos de consumo.

"Nos Estados Unidos, só em 2020, o número de pessoas que compraram itens de moda de segunda mão pela primeira vez foi de 33 milhões e estima-se que crescerá a taxas anuais (CAGR) de 15% a 20% nos próximos 5 anos"
BCG - A (re)descoberta da moda seminova no Brasil (2022)

Hábitos sustentáveis

A procura por hábitos de consumo sustentável segue como tendência. O modelo de negócio do Enjoei mantém-se como potencial agente de equilíbrio e sustentabilidade para a cadeia de moda. Continuamos confiantes que oportunidades adjacentes têm potencial de serem exploradas, como parcerias B2B, fortalecimento de categorias horizontais e evoluções de canais.

"Dados revelam que vai haver uma maior procura de produtos sustentáveis, produzidos a nível local (73%), com materiais ecológicos (8%) ou por empresas conhecidas por práticas éticas (75%)"
Pesquisa Global de Consumo 2023 PWC

"Hoje, 70% dos compradores de itens usados gostam do "fator sustentável" associado ao consumo desses produtos, comparado com 62% em 2018".
"60% dos participantes declararam não vender roupas simplesmente por não ter criado o hábito"
BCG - A (re)descoberta da moda seminova no Brasil (2022)

Mercado Fragmentado

O mercado de moda usada no Brasil dentro do universo do varejo é incipiente, informal e fragmentado. O Enjoei possui bases sólidas de audiência e usuários ativos, tendo a capacidade de validar novos canais e modelos de distribuição.

"No Brasil, a participação de produtos usados no faturamento total do varejo brasileiro é incipiente, devendo atingir 0,018%"
Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O crescimento do e-commerce de moda cross-boarder não dá sinais que a frequência de consumo de moda second hand esteja afetada, como foi evidenciado em nossos números divulgados para 2022, reiterando nossa crença que o *share of closet* para produtos usados e sustentáveis segue preservado, uma vez que a abrangência de inventário e marcas não fica exposto a apenas um segmento de moda.

"O share of closet dos clientes entrevistados mostrava a seguinte configuração: 23% Magazines, 13% Esportivas, 13% Marcas Populares, 12% Peças usadas compradas, 9% Peças usadas ganhadas, 8% Fast Fashion, 7% Luxo, 7% Moda Premium, 5% Esportivas Premium, 2% Alugadas."
BCG - A (re)descoberta da moda seminova no Brasil (2022)

Audiência

Retail media está cada vez ganhando mais espaço no orçamento de marketing digital, uma vez que esses canais possuem uma audiência recorrente e com alta eficiência para anunciantes, graças a natureza dos clientes.

O Enjoei tem a 3ª maior audiência de moda de acordo com o Relatório Conversion, com uma base recorrente e uma marca forte e reconhecida. Ou seja, possui todas as características para a criação de soluções relevantes para o mercado anunciante.

"Retail media já movimentou estimados US\$ 41 bilhões em 2022 nos EUA"
Fast Company Brazil - Matéria publicada 31/01/2023

Por outro lado, o contexto.

O contexto pede um reequilíbrio, com a rentabilidade ganhando peso sobre as oportunidades. E é por esse caminho que vamos seguir.

Expectativas

Em outras palavras, nosso plano sugere que durante 2023 não vamos acelerar o crescimento em GMV Total, mas buscaremos crescimento na categoria Moda. Contudo, continuaremos a perseguir crescimento em receita líquida tanto quanto o fortalecimento da nossa margem de contribuição.

Nosso objetivo é continuar a diluir as despesas em relação às linhas de receita e não abrir mão da posição que já conquistamos.

mensagem da administração

Passo 1: seguir avançando em nossa margem bruta.

Passo 2: retomar gradualmente os investimentos. O racional é simples: qualquer ponto percentual acima de 36% de margem bruta inicia um processo de cobertura de investimentos de marketing/crescimento, assegurando o nível estável das despesas futuras.

Condições de contorno: limitações nominais nas despesas publicitárias.

Diretrizes: continuar investindo no desenvolvimento da experiência e manutenção da posição conquistada no mercado.

Externalidades: foram mapeadas e incorporadas ao plano frentes que ajudam a mitigar cenários de exposição ao contexto macro, como por exemplo, o custo logístico por desoneração de combustíveis e custo de capital.

Planejamento e Execução: governança operacional seguindo os direcionais estratégicos já definidos.

Relembrando nossos pilares estratégicos

Para simplificar o entendimento da nossa abordagem para 2023, vamos resumir nossos pilares em 2: Rentabilidade e Efeito de Rede.

1. Rentabilidade - Caracterizados pelas iniciativas de eficiência financeira, operacional e governança por resultados, a serem priorizados no 1S23.

2. Efeito de Rede - Abrangendo os temas de expansão do inventário, liquidez, fortalecimento da comunidade e marca Enjoei, a serem executados no 2S23.

Em pilares de rentabilidade.

Nosso objetivo é destravar valor através da implementação de novas linhas de receita, eficiência do uso de incentivos, escala operacional, redução de custos e controle de despesas.

Novas Linhas de Receita:

Estamos adicionando novas linhas de receita não transacionais, tanto no Enjubank, quanto linhas de publicidade, com previsão de início de captura de valor para o primeiro trimestre.

Indicadores-chave e Metas: Seguir avançando em Margem Bruta

Gestão de Incentivos:

Estamos investindo em novos algoritmos e formatos para aumentar a eficiência no uso de incentivos.

Indicadores-chave e Metas: Aumento de Net Take Rate / Avanço de Receita Líquida

Diluição de custos:

Em logística, além de continuar otimizando a eficiência da nossa rede de parceiros e rede de vendedores, vamos focar na eficiência da logística reversa, utilizando a mesma mecânica criada para os itens enviados.

No Enjoei Pro, prosseguiremos com os ajustes nas políticas comerciais, como já conduzimos no C2C, além de políticas para o inventário de giro longo e melhorias da eficiência operacional.

Também serão priorizadas iniciativas que melhorem os custo de antecipação e participação nas vendas a prazo.

Indicadores-chave e Metas: Controle de Custos Logísticos e Custo de Antecipação

Controle de despesas:

Ajustes de processos internos e adequação de folha já foram implementadas em janeiro/23. Além disso, estabelecemos limites nominais nas despesas de publicidade para o primeiro semestre.

Indicadores-chave e Metas: Diluição de G&A e Despesas Publicitárias

Em pilares de efeito de rede.

O objetivo do segundo semestre de 2023 será pautado no aumento da retenção e engajamento dos usuários, entregando mais valor para o nosso cliente através de uma experiência cada vez melhor na plataforma.

Expansão de sortimento:

Melhorias na ativação de vendedores, no processo de listagem e incentivos para mais publicações de produtos por usuário.

Indicadores-chave e Metas: Listagens por Vendedores / Inventário

mensagem da administração

Descoberta:

Melhorias em nosso algoritmo de ordenação orgânica. Aprimorando nossos eventos que classificam a qualidade do produto e posição em busca.

Os eventos gerados a cada segundo nas interações da nossa comunidade são responsáveis pelo nível de exposição de cada produto. Priorizaremos os projetos que otimizem essa dinâmica a favor do giro e liquidez.

Indicadores chave e Metas: Liquidez e Retenção de Compradores

Marca & Experiência:

Daremos um passo importante para qualificar o reconhecimento da nossa marca no universo de moda & lifestyle com o rollout da nova marca ao longo do ano.

Já lançamos a nova marca em “soft launch” e, a partir daqui, vamos seguir com melhorias significativas na experiência de UX/Design da plataforma ao longo do ano.

Indicadores chave e Metas: Frequência de uso e Indicadores de Engajamento.

Em resumo

Em 2023, o foco é fortalecer a rentabilidade.

Para o primeiro trimestre, esperamos já coletar resultados em margem de contribuição de algumas frentes implementadas, como as novas linhas de receita não transacionais, definição de limites de incentivos e despesas de marketing e ajustes das políticas comerciais do Enjoei Pro.

Para o segundo trimestre, a previsão é capturar ganhos dos ajustes de folha pós custos rescisórios, além do início do reconhecimento de receitas publicitárias e da redução do custo de antecipação.

Em termos de crescimento, no primeiro e no segundo trimestres não serão feitos movimentos que visam a expansão de GMV Total, apesar de expectativas de avanços no GMV de Moda.

Para o terceiro trimestre, iremos focar no fortalecimento da base de sellers e divulgação do novo app. Pretendemos pontualmente fazer investimentos em publicidade e marca, considerando a maturidade das iniciativas de rentabilidade. Para isso, serão utilizados recursos de media for equity que tiveram baixa em 2022, ou seja, não haverá efeito caixa para a campanha.

A partir do terceiro trimestre, retomaremos gradualmente o processo de crescimento com iniciativas de expansão de inventário e sortimento.

Dessa forma, para o fim do ano, o nosso objetivo é ter capturado todos os avanços de rentabilidade e fortalecimento da base de usuários, preservando caixa e abrindo um novo leque de escolhas para o longo prazo, em um mercado de grande potencial.

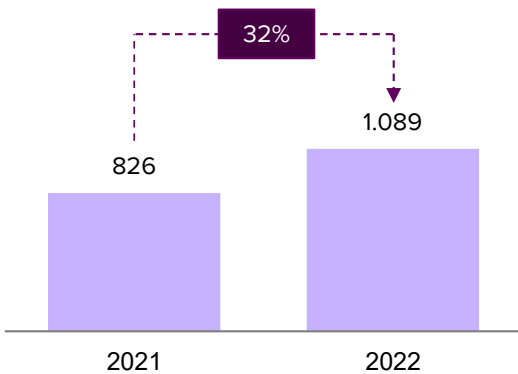
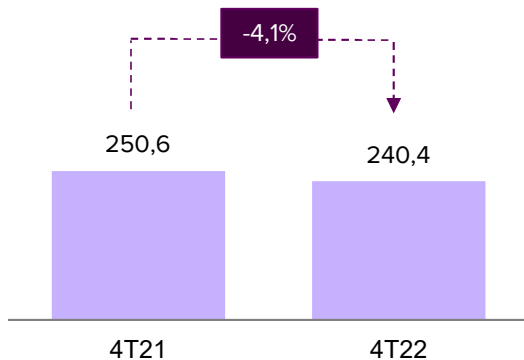
O Enjoei é uma empresa gerida por fundadores e esta não é a primeira vez que voltamos a nossa atenção para as fundações de nosso negócio para seguir avançando. Quando olhamos a empresa em retrospectiva, vemos que seguimos os mesmos princípios, inclusive aqueles que compartilhamos em nosso IPO - e que eles seguem sólidos para nos levar adiante.

“Isso de ser exatamente o que se é ainda vai nos levar além”

Paulo Leminski

gmv, gross billing & take rate

gmv total
(em R\$ milhões)



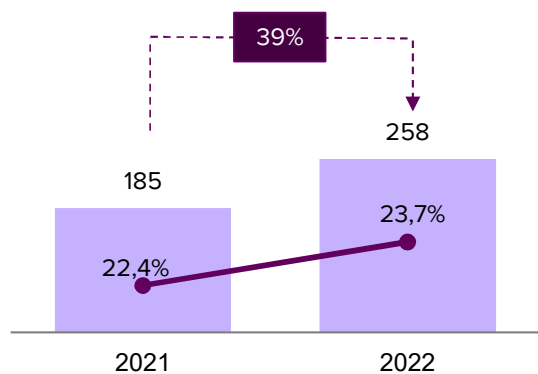
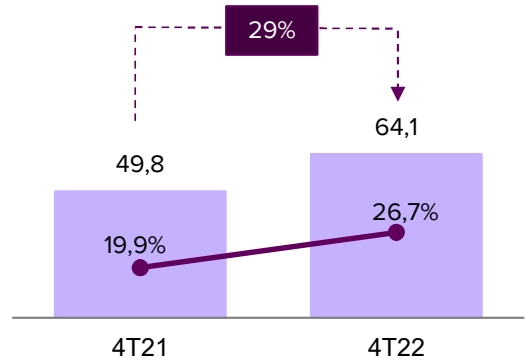
O ano de 2022 acumulou GMV de R\$1,089 bilhão, crescendo 32% em relação a 2021. No 4T22, o GMV total atingiu R\$240,4 milhões refletindo o cenário macroeconômico mais desafiador, influenciado pelo menor poder de compra do usuário, bem como a ocorrência de eventos como a Copa do Mundo e Eleições Presidenciais.

O GMV de Moda cresceu 18,5% a/a no 4T22, como consequência do direcionamento estratégico da companhia para esta categoria.

O Gross Billings avançou 29% em relação ao 4T21, em ritmo superior ao crescimento do GMV, dado o efeito de aumento de take rate com maior do share de produtos da categoria moda, bem como ajustes nas políticas comerciais implementadas ao longo do ano.

O take rate registrado no período foi de 26,7% (vs 19,9% no 4T21), avançando 6,8 p.p. em relação ao ano anterior.

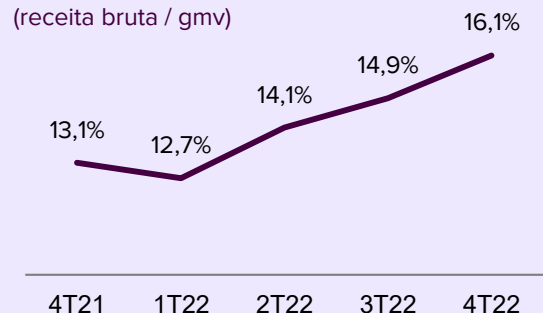
gross billings & take rate
(em R\$ milhões)



Gross Billings Take Rate

net take rate

(receita bruta / gmv)



Também é possível notar o avanço do “net” take rate (ou seja, removendo os efeitos de incentivos) ao longo de 2022, que passou de 13,1% no 4T21 para 16,1% no 4T22.

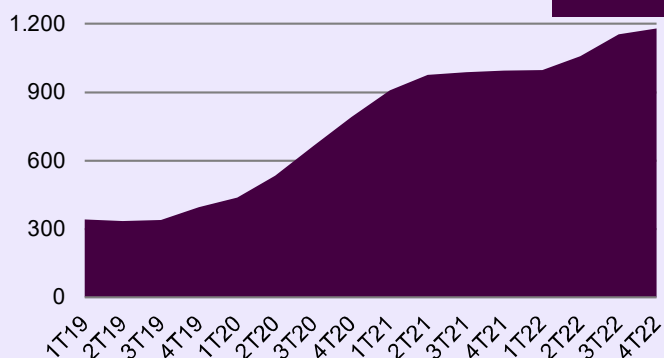
compradores

202 mil

NOVOS COMPRADORES

compradores ativos

(em milhares)



No 4T22, 202 mil novos compradores foram adicionados à plataforma, o que representa um crescimento de 6% a/a, refletindo o menor nível de investimento em marketing em relação a 2021. O total de compradores ativos alcançou 1,179 milhão de usuários no 4T22 (+19% vs 4T21), mostrando a alta retenção de compradores na plataforma neste período.

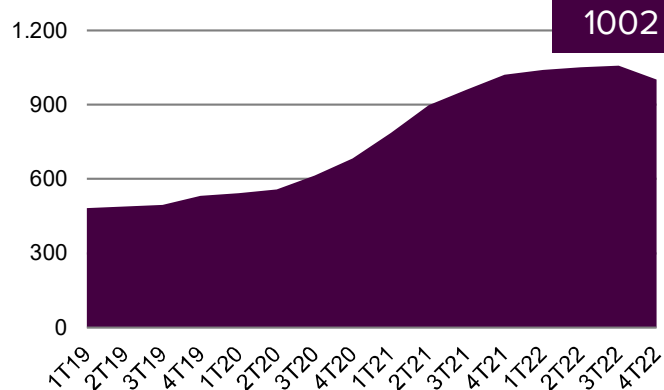
vendedores

136 mil

NOVOS VENDEDORES

vendedores ativos

(em milhares)



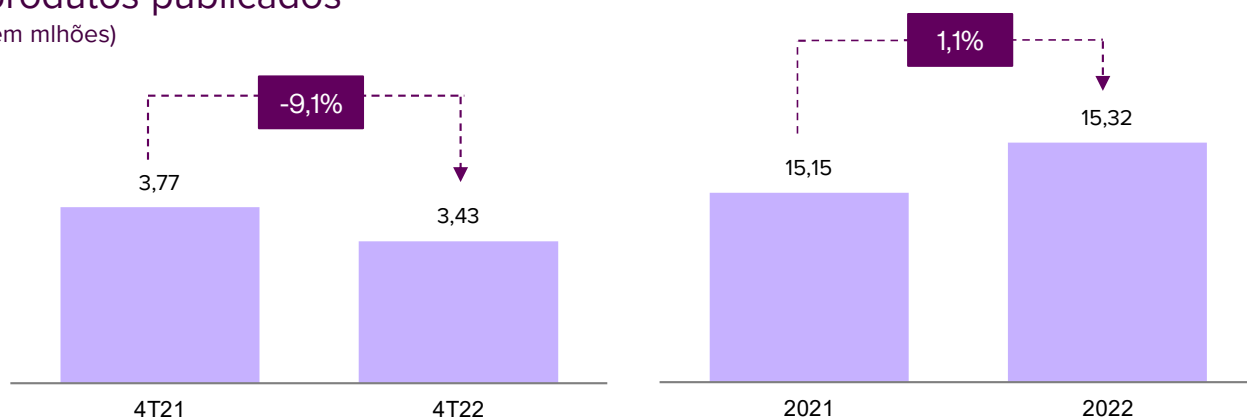
O total de novos vendedores atingiu 136 mil no 4T22, versus 206 mil no 4T21, refletindo a redução do direcionamento dos investimentos em marketing para aquisição de vendedores ao longo do ano e a alta base de comparação do 4T21, quando implementamos a campanha de primeira venda grátis e divulgação de iniciativas de branding para o usuário vendedor. Fechamos o ano de 2022 com 1 milhão de vendedores ativos, em patamar estável em relação ao ano de 2021, o que mostra o elevado nível de retenção de vendedores antigos na plataforma.

inventário

Em 2022, o número de produtos adicionados à plataforma totalizou 15,3 milhões, mantendo-se estável em relação ao ano de 2021. O crescimento de uploads acima do ritmo de novos vendedores evidencia o alto grau de retenção dos cohorts de vendedores mais antigos, que continuam postando novos itens ao longo da jornada como usuário.

produtos publicados

(em milhões)



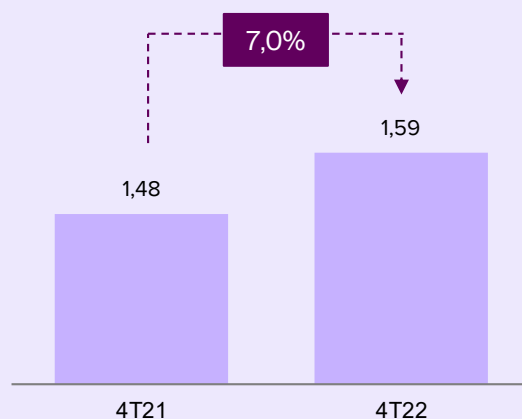
No 4T22, o número de itens transacionados atingiu 1,59 milhão, o que representa um avanço de 4,9% a/a, ficando acima do ritmo de crescimento do GMV no período. No ano, o crescimento foi de 21% versus 2021, chegando a 6,62 milhões de produtos. Além disso, o total de itens transacionados por vendedor ativo também apresentou crescimento no comparativo anual, passando de 1,48 no 4T21 para 1,59 no 4T22 (+7% a/a).

itens transacionados

(em milhões)



itens transacionados por vendedor ativo



operações

- **ENJOEI PRO**

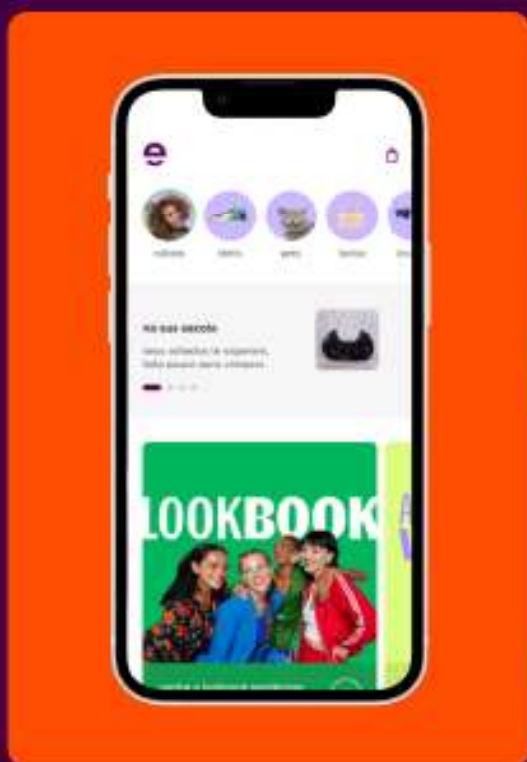
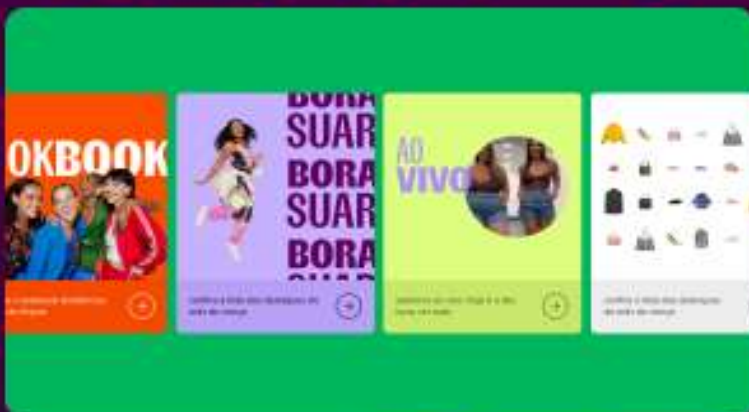
No 4T22 o Enjoei PRO apresentou crescimento de GMV de 86% a/a, ou seja, acima do registrado pelo Enjoei consolidado, ganhando share no volume total transacionado pela plataforma. Em termos de inventário, o avanço foi de 79% a/a. Também no 4T22 fizemos investimentos nos estúdios do Enjoei Pro para melhorar a qualidade das imagens dos produtos, bem como elevar a produtividade de registro de peças.

- **ATENDIMENTO**

Ao longo de 2022, seguimos apresentando melhorias consistentes nos níveis de atendimento ao cliente por meio da redução do tempo médio de primeira resposta em 25%, melhora do total de resoluções em até 48h em 35%, atingimento de recomendação “bom” no Reclame Aqui e redução do número de pedidos com abertura de chamados (defect rate) em 27% no período.



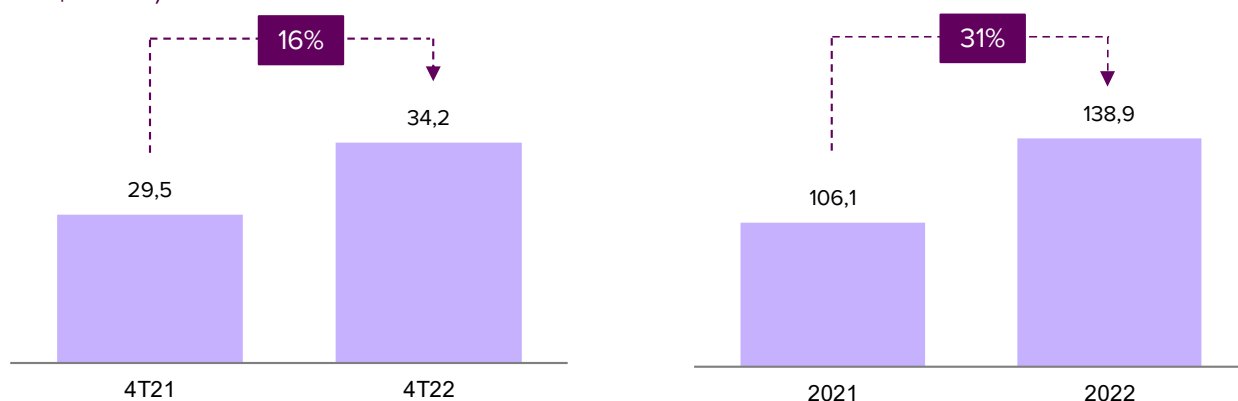
ao longo de 2023,
apresentaremos
o enjoei com
a nova marca em
um novo app



receita líquida & csp

receita líquida

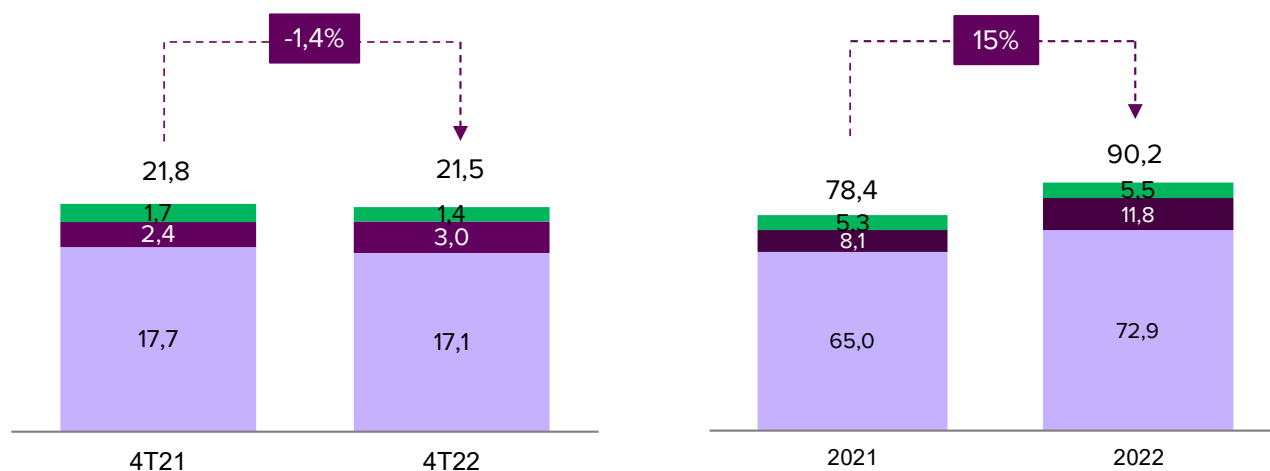
(em R\$ milhões)



No 4T22, a receita líquida totalizou R\$34,2milhões, crescendo 16% a/a, ou seja, acima do ritmo de GMV, refletindo a evolução do net take rate no período com o maior foco na categoria moda, os ajustes na política comercial, aumento de share do Enjoei Pro e controle dos níveis de subsídios. Na visão anual, a receita líquida atingiu R\$138,9 milhões, apresentando crescimento de 31% a/a.

custo do serviço prestado

(em R\$ milhões)



■ Frete ■ Taxas de Transação ■ Tecnologia

O custo do serviço prestado apresentou redução de 1,4% a/a no 4T22, totalizando R\$21,5 milhões. Na visão anual, o csp totalizou R\$90,2 milhões em 2022, o que representa uma variação de 15%a/a, abaixo do ritmo de crescimento da receita líquida, refletindo principalmente as iniciativas voltadas para a redução do frete unitário.

lucro bruto & despesas operacionais

lucro bruto

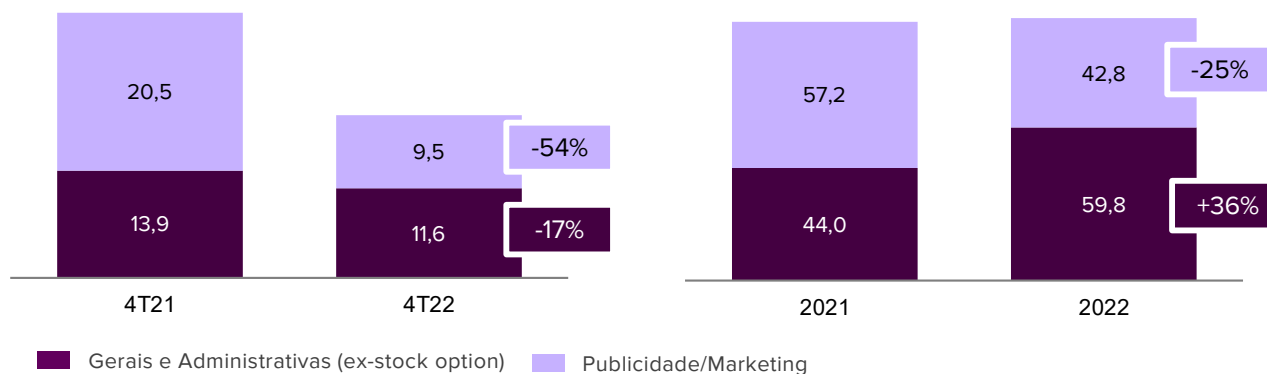
(em R\$ milhões)



O lucro bruto atingiu R\$12,7 milhões no 4T22, o que representa um crescimento de 64% a/a, devido ao forte crescimento de receita e controle de custos no trimestre. Com isso, a margem bruta passou de 26,2% no 4T21 para 37,1% no 4T22. No acumulado anual, o lucro bruto registrou crescimento de 75% a/a, atingindo R\$48,7 milhões em 2022 e a margem bruta alcançou 35,0% em 2022, versus 26,2% em 2021.

despesas operacionais

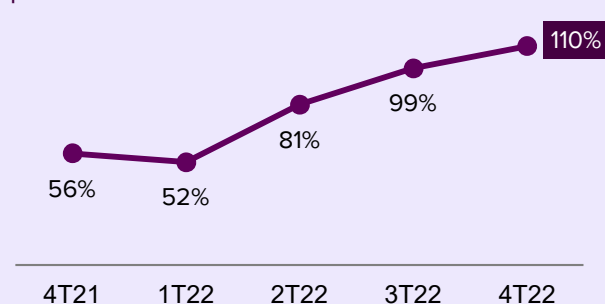
(em R\$ milhões)



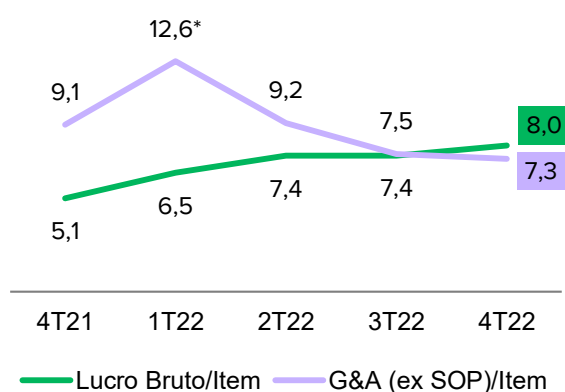
despesas gerais & administrativas

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)	4T22	4T21	AH (%)	2022	2021	AH (%)
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	(4.281)	(7.344)	-42%	(21.538)	(46.070)	-53%
Salários e encargos	(6.763)	(7.052)	-4%	(33.569)	(25.349)	32%
Serviços de tecnologia	(2.405)	(3.136)	-23%	(12.630)	(9.005)	40%
Consultorias e Outsourcing	(1.822)	(2.780)	-34%	(11.857)	(6.964)	70%
Outras despesas	(566)	(1000)	-43%	(1.770)	(2.666)	-34%
Total	(15.837)	(21.312)	-26%	(81.364)	(90.054)	-10%
Total ex-plano de remuneração em opções de ações (SOP)	(11.556)	(13.968)	-17%	(59.826)	(43.984)	36%

cobertura do g&a (ex-SOP) pelo lucro bruto



lucro bruto e g&a por item transacionado



*Impactado por despesa de consultoria estratégica one-off

No 4T22, tivemos diluição significativa das despesas operacionais, com redução de 17% a/a do G&A ex-stock option, mantendo a tendência observada nos últimos trimestres. Na visão anual, as despesas gerais e administrativas apresentaram variação de 36% a/a com o maior nível de despesas de salários e encargos e serviços de tecnologia. Vale ressaltar que o crescimento em remuneração está ligado ao crescimento de quadro realizado até 2T22 (mas que manteve-se estável durante o segundo semestre de 2022) e dissídio reconhecido no 3T22.

Neste trimestre, o Lucro Bruto cobre 110% das Despesas Gerais e Administrativas ex-SOP, versus 56% no ano anterior, demonstrando comportamento consistente de crescimento ao longo do último ano. Com isso, as despesas referentes à operação ficaram 100% cobertas neste trimestre, deixando espaço no lucro bruto para a cobertura parcial dos investimentos em marketing, que se referem à contratação de crescimento futuro.

Já o lucro bruto por item transacionado atingiu R\$8,0 enquanto G&A (ex SOP) por item totalizou R\$7,3 no 4T22, invertendo a curva apresentada nos últimos trimestres.

NOTA: O plano de remuneração em opções de ações (SOP) trata-se de um reconhecimento contábil que, apesar de alocado nas despesas G&A, não possui efeito caixa, uma vez que na data de exercício das opções é realizado aumento de capital referente ao montante de cada Programa. Dessa forma, por entender que o SOP não representa uma despesa da operação e não consome recursos do caixa da companhia, realizamos as análises de evolução de Despesas Gerais e Administrativas bem como de Ebitda, desconsiderando esta linha. Mais informações sobre calendário de exercícios, montante outorgado, strikes e outros dados podem ser acessados no Formulário de Referência no Item 13.

despesas publicitárias

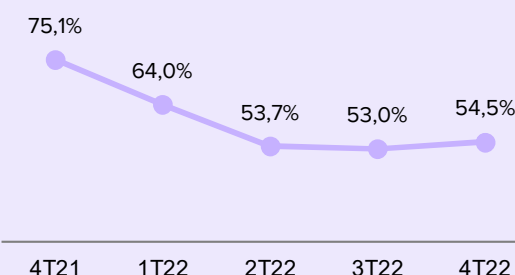
Despesas de marketing (R\$ milhares)	4T22	4T21	AH (%)	2022	2021	AH (%)
Mídia Offline (branding)	387	(7.980)	-105%	(3.984)	(21.390)	-81%
Mídia Online (performance)	(9.975)	(10.316)	-3,3%	(38.249)	(32.312)	18%
Outros	109	(2.161)	-105%	(556)	(3.495)	-84%
Total	(9.479)	(20.457)	-54%	(42.789)	(57.197)	-25%

Os investimentos em marketing totalizaram R\$9,5 milhões no 4T22, o que representa uma redução de 54% a/a, com destaque para a diminuição da linha de branding, que contou com efeito da reversão de despesas de campanhas não realizadas no valor de R\$390 mil. No ano, a redução de 25% a/a em publicidade reflete o menor nível de investimentos em marca, considerando a elevada base de comparação de 2021. Notamos que a companhia se beneficia hoje dos investimentos feitos no passado, e da marca construída até aqui.

A razão dos investimentos em marketing e incentivos como percentual do gross billings apresentou redução de 20,6 p.p. em relação ao ano anterior.

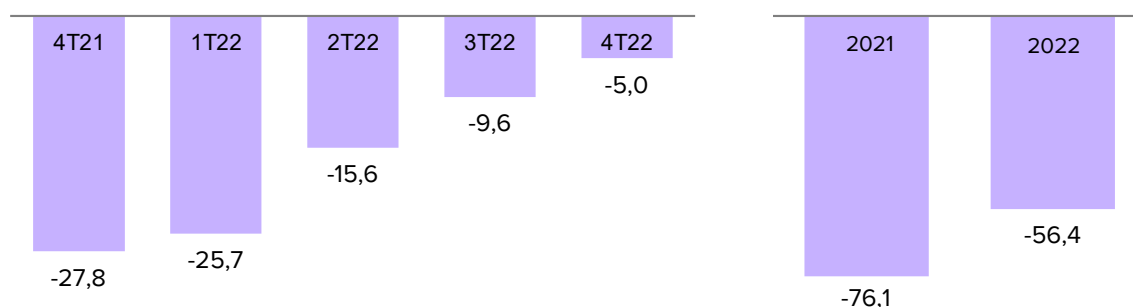
marketing + incentivos

(% gross billings)



ebitda ajustado

em R\$ milhões



O Ebitda Ajustado, desconsiderando o plano de remuneração em opções de ações (SOP), totalizou –R\$5,0 milhões no 4T22, demonstrando redução do prejuízo operacional ao longo dos últimos trimestres, em função dos efeitos combinados de aumento de take rate, melhora de margem bruta e diluição de despesas.

Ajustes EBITDA: Plano de remuneração em opções de ações (SOP) de R\$4,2 milhões no 4T22, R\$ R\$3,9 milhões no 3T22, R\$ 5,5 no 2T22, R\$ 7,8 milhões no 1T22 e R\$ 7,3 no 4T21, sem efeito caixa e reversão de outras despesas não recorrentes de R\$1,4milhão no 4T21 referente à baixa do ativo imobilizado da reforma em Barueri/SP.

posição de caixa e equivalentes

R\$ Milhões	30/09/22	31/12/2022	Δ abs
Caixa e equivalentes de caixa	321,7	309,1	-12,6
Contas a receber (liquidez imediata)	22,4	20,8	-1,6
Soma	344,1	329,9	-14,2

A posição de liquidez da companhia, representada pelo caixa, equivalentes de caixa e contas a receber totalizou R\$329,9 milhões no 4T22, versus R\$344,1 milhões no 3T22, o que representa uma variação de R\$14,2 milhões no período.

Vale relembrar que a posição de “Contas a Receber” possui caráter de liquidez imediata e se refere às parcelas de pagamento ao Enjoei nas vendas a prazo.



ANEXO 1:

Demonstrações de Resultados – Comparação entre 4T22 e 4T21

R\$ Mil	4T22	AV	4T21	AV	AH (%)	AH (abs)
Receita bruta	38.643	113%	32.841	111%	18%	5.802
Deduções da receita (impostos, devoluções, abatimentos)	(4.443)	-13%	(3.299)	-11%	35%	(1.144)
Receita líquida	34.200	100%	29.543	100%	16%	4.658
Custo do serviço prestado	(21.506)	-63%	(21.805)	-74%	-1%	299
Lucro bruto	12.694	37%	7.738	26%	64%	4.957
Margem Bruta	37,1%	-	26,2%	-	10,9p.p.	-
Despesas publicitárias	(9.479)	-28%	(20.457)	-69%	-54%	10.978
Gerais e administrativas	(15.837)	-46%	(21.312)	-72%	-26%	5.475
Depreciação e amortização	(5.084)	-15%	(3.475)	-12%	46%	(1.609)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.326	10%	(2.591)	-9%	-228%	5.917
Despesas (receitas) operacionais	(27.074)	-79%	(47.835)	-162%	-43%	20.761
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(14.380)	-42%	(40.098)	-136%	-64%	25.718
Receita financeira	10.256	30%	8.264	28%	24%	1.992
Despesa financeira	(2.995)	-9%	(1.880)	-6%	59%	(1.115)
Resultado financeiro líquido	7.261	21%	6.384	22%	14%	877
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.119)	-21%	(33.714)	-114%	-79%	26.595
Imposto de renda e contribuição social	-	0%	-	0%	-	-
Prejuízo do período	(7.119)	-21%	(33.714)	-114%	-79%	26.595
Reconciliação do EBITDA Contábil						
Instrução CVM 156						
Prejuízo do período	(7.119)	-21%	(33.714)	-114%	-79%	26.595
Resultado financeiro líquido	(7.261)	-21%	(6.384)	-22%	14%	(877)
Depreciação e amortização	5.084	15%	3.475	12%	46%	1.609
EBITDA	(9.296)	-27%	(36.623)	-124%	-75%	27.327
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	4.281	13%	7.344	25%	-42%	(3.063)
Receitas/despesas não recorrentes e não operacionais	-	0%	1.436	5%	-100%	(1.436)
EBITDA AJUSTADO	(5.015)	-15%	(27.843)	-94%	-82,0%	22.828

ANEXO 2:

Demonstrações de Resultados – Comparação entre 2022 e 2021

R\$ Mil	2022	AV	2021	AV	AH (%)	AH (abs)
Receita bruta	156.569	113%	121.215	114%	29%	35.354
Deduções da receita (impostos, devoluções, abatimentos)	(17.668)	-13%	(15.075)	-14%	17%	(2.593)
Receita líquida	138.901	100%	106.140	100%	31%	32.761
Custo do serviço prestado	(90.224)	-65%	(78.368)	-74%	15%	(11.856)
Lucro bruto	48.677	35%	27.772	26%	75%	20.905
Margem Bruta	35,0%	-	26,2%	-	8,9p.p.	-
Despesas publicitárias	(42.789)	-31%	(57.197)	-54%	-25%	14.408
Gerais e administrativas	(81.364)	-59%	(90.378)	-85%	-10%	9.014
Depreciação e amortização	(17.803)	-13%	(10.484)	-10%	70%	(7.319)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.478)	-2%	(3.777)	-4%	-34%	1.299
Despesas (receitas) operacionais	(144.434)	-104%	(161.836)	-152%	-11%	17.402
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(95.757)	-69%	(134.064)	-126%	-29%	38.307
Receita financeira	40.740	29%	20.786	20%	96%	19.954
Despesa financeira	(11.498)	-8%	(5.507)	-5%	109%	(5.991)
Resultado financeiro líquido	29.242	21%	15.279	14%	91%	13.963
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(66.515)	-48%	(118.785)	-112%	-44%	52.270
Imposto de renda e contribuição social	-	0%	-	0%	-	-
Prejuízo do período	(66.515)	-48%	(118.785)	-112%	-44%	52.270
Reconciliação do EBITDA Contábil						
Instrução CVM 156						
Prejuízo do período	(66.515)	-48%	(118.785)	-112%	-44%	52.270
Resultado financeiro líquido	(29.242)	-21%	(15.279)	-14%	91%	(13.963)
Depreciação e amortização	17.803	13%	10.484	10%	70%	7.319
EBITDA	(77.954)	-56%	(123.580)	-116%	-37%	45.626
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	21.538	16%	46.070	43%	-53%	(24.532)
Receitas/despesas não recorrentes e não operacionais	-	0%	1.436	1%	-100%	(1.436)
EBITDA AJUSTADO	(56.416)	-41%	(76.074)	-72%	-26%	19.658

ANEXO 3:
Balanco Patrimonial

R\$ Mil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AH (abs)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	309.098	382.542	-19%	(73.444)
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.193	-100%	(9.193)
Contas a receber	20.774	16.001	30%	4.773
Impostos a recuperar	8.247	7.690	7%	557
Adiantamentos	7.860	719	993%	7.141
Despesas antecipadas	3.565	2.400	49%	1.165
Partes relacionadas	7.302	-	-	7.302
Outros ativos	167	160	4%	7
Total do ativo circulante	357.013	418.705	-15%	(61.692)
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	339	333	2%	6
Partes relacionadas	-	110	-100%	(110)
Imobilizado	7.927	10.580	-25%	(2.653)
Intangível	65.417	42.567	54%	22.850
Total do ativo não circulante	73.683	53.590	37%	20.093
Total Ativo	430.696	472.295	-9%	(41.599)
Passivo circulante				
Fornecedores	15.715	20.066	-22%	(4.351)
Obrigações sociais e trabalhistas	12.921	9.171	41%	3.750
Obrigações tributárias	645	347	86%	298
Antecipações de recebíveis	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	5.440	2.597	109%	2.843
Outras contas a pagar	6.547	5.088	29%	1.459
Arrendamento	1.661	2.148	-23%	(487)
Total do passivo circulante	42.929	39.417	9%	3.512
Passivo não circulante				
Arrendamento	3.532	5.605	-37%	(2.073)
Imposto diferido	-	-	-	-
Provisão para contingências	3.385	2.712	25%	673
Total do passivo não circulante	6.917	8.317	-17%	(1.400)
Patrimônio líquido				
Capital social	592.772	591.506	0%	1.266
Reservas de capital	79.148	57.610	37%	21.538
Prejuízos acumulados	(291.070)	(224.555)	30%	(66.515)
Total do patrimônio líquido	380.850	424.561	-10%	(43.711)
Total do passivo e patrimônio líquido	430.696	472.295	-9%	(41.599)

ANEXO 4:

Demonstração de Fluxo de Caixa

R\$ Mil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AH (abs)
Das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(66.515)	(118.785)	-44%	52.270
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	17.803	10.484	70%	7.319
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	88	2.020	-96%	(1.932)
Provisão para contingências	673	347	94%	326
Plano de remuneração em ações	21.538	46.070	-53%	(24.532)
Provisão para perdas com chargeback	(345)	-	-	(345)
Despesa de Juros	438	622	-30%	(184)
	(26.320)	(59.242)	-56%	32.922
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Aplicações financeiras vinculadas	9.187	7.123	29%	2.064
Contas a receber	(4.428)	(16.001)	-72%	11.573
Adiantamentos	(7.141)	(436)	1538%	(6.705)
Impostos a recuperar	(557)	(4.312)	-87%	3.755
Partes relacionadas	(7.192)	(110)	6438%	(7.082)
Despesas antecipadas	(1.165)	(2.400)	-51%	1.235
Outros	(7)	(14)	-50%	7
Decréscimo (acréscimo) em passivos				
Fornecedores	(4.351)	5.366	-181%	(9.717)
Obrigações trabalhistas	3.750	5.421	-31%	(1.671)
Obrigações tributárias	298	(836)	-136%	1.134
Antecipações de recebíveis	-	(6.507)	-100%	6.507
Adiantamentos de clientes	2.843	2.597	9%	246
Outras contas a pagar	1.459	1.348	8%	111
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(33.624)	(68.003)	-51%	34.379
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(1.032)	(2.083)	-50%	1.051
Aquisição de intangível	(37.731)	(33.022)	14%	(4.709)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(38.763)	(35.105)	10%	(3.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	1.266	1.265	0%	1
(-) Gastos com emissões de ações	-	(1.132)	-100%	1.132
Pagamento de arrendamento	(2.323)	(1.190)	95%	(1.133)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.057)	(1.057)	0%	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(73.444)	(104.165)	-29%	30.721
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	382.542	486.707	-21%	(104.165)
No final do período	309.098	382.542	-19%	(73.444)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(73.444)	(104.165)	-29%	30.721



GLOSSÁRIO

GMV

A definição do GMV representa o valor total da transação, em reais, de todas as naturezas, por compra de produtos ou serviços prestados e realizadas com sucesso, através dos meios de pagamento oferecidos na plataforma no momento do checkout. Não são consideradas como bem sucedidas as transações imediatamente rejeitadas, por qualquer razão, pelas instituições de processamento de pagamento. Não são removidas do cálculo transações que posteriormente possam ser rejeitadas pela plataforma em consequência de análises de segurança posteriores à confirmação do pagamento, ou por reembolso aos usuários, que pode ocorrer em casos de exercício do direito à desistência da compra e/ou serviço prestado. São removidas do cálculo do GMV as transações acima de valores considerados fora do padrão de consumo em relação às categorias de produto da plataforma.

Gross Billings

Gross Billings correspondem à parcela do GMV retida pelo Enjoei nas transações em nossa plataforma, e pode ser expressa percentualmente pelo Take Rate.

O GMV e Gross Billings são medidas não contábeis segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e, portanto, não possuem um significado padrão e podem não corresponder a medidas com a nomenclatura similar divulgada por outras companhias.

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pelo Enjoei, em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022.

Novo comprador

Novo Comprador é o usuário que realizou a sua primeira compra na plataforma no período indicado, ou que fez compras após 18 meses de inatividade.

Comprador ativo

Comprador ativo se refere ao usuário que realizou ao menos uma compra nos últimos 12 meses.

Novo vendedor

Novo Vendedor é o usuário que realizou sua primeira publicação na plataforma no período indicado.

Vendedor ativo

Vendedor ativo se refere ao usuário que publicou ao menos um produto na plataforma nos últimos 12 meses.

Item transacionado

O item transacionado se refere ao produto vinculado à transação que gera o GMV divulgado.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em conformidade da instrução CVM n. 381/037 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei 9.295/46 e alterações posteriores. Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditarem os seus próprios serviços, e tão pouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A Grant Thornton Auditores Independentes estava contratada para: (i) execução de serviços de auditoria do exercício corrente e (ii) revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Enjoei S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Enjoei S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em

31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita de intermediação – Notas Explicativas nº 6 item “b” e nº 23

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 – “Receita líquida”, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu receita líquida no montante de R\$ 138.901 mil, proveniente da prestação de serviços de intermediação de vendas, que ocorrem por meio do seu site e são liquidadas junto a uma empresa terceira de meios de pagamento.

A receita é reconhecida após o recebimento e aceite do produto pelo comprador, atendendo e cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Além disto, a acuracidade do reconhecimento das receitas e identificação das transações financeiras junto às empresas de meios de pagamento dependem de processos digitais que envolvem grande volume de análises e conciliações através de dados manuais para a identificação do pagamento efetuado pelo comprador e constatação pela Companhia do cumprimento da obrigação de performance.

Esse assunto foi considerado novamente relevante e, portanto, uma área de risco para nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliamos e atualizamos nosso entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas de intermediação;
- avaliamos o ambiente e desenho dos controles gerais de Tecnologia da Informação (TI);
- com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da Informação (TI), obtivemos os registros das operações analíticas das vendas junto ao banco de dados da Companhia e efetuamos a identificação dos recebimentos por meio do confronto eletrônico com a base de recebimentos da empresa de meio de pagamento;
- testamos o reconhecimento da receita de intermediação (cumprimento da obrigação de performance) por meio da análise sobre a data de recebimento do produto e aceite do cliente; e
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à operadora de meio de pagamento e avaliamos os critérios para constituição de perdas esperadas sobre as transações de vendas com cartão de crédito ou débito (*chargebacks*).

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro da receita de intermediação, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Avaliação do teste de redução ao valor recuperável de ativos com vida útil definida – Notas Explicativas nº 6 item “h”, nº 11 e nº 12.a

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 11 – “Imobilizado” e – nº 12 – “Intangível”, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado nas demonstrações contábeis determinados ativos de vida útil definida nos montantes de R\$ 7.927 mil e R\$ 65.417 mil, respectivamente.

Os ativos em questão são compostos por ativos imobilizados, como máquinas e equipamentos, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios e direito de uso de imóveis arrendados, e ativos intangíveis, como softwares e a plataforma (site) desenvolvido internamente, sujeitos a avaliações e julgamentos significativos na determinação de sua recuperabilidade, que levam em consideração a geração de fluxo de caixa futuro entre outras premissas.

Com base em julgamentos e premissas, a Companhia faz estimativas com o objetivo de avaliar a probabilidade da ocorrência ou não de fluxo de caixa futuro que suporte a realização dos citados ativos, bem como estabelecer as premissas e estimativas que o determinam.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais (devido às incertezas e ao alto grau de julgamento inerentes à determinação dessas premissas e estimativas). Assim, as estimativas e premissas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos nas demonstrações contábeis à época das respectivas avaliações, razão pela qual, consideramos o assunto novamente relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, projeções de fluxos de caixa considerados nos testes de recuperabilidade e controles operacionais;
- envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas nas avaliações de projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas considerando cenários de estresses sobre as projeções econômicas;
- desafiamos as premissas calculadas pela administração, como taxas de juros e de crescimento econômico, visando averiguar se as premissas eram adequadas, conservadoras ou não realistas com base em dados econômicos e de mercado observáveis; e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os valores registrados, os critérios e premissas adotados pela Companhia e divulgados nas demonstrações contábeis para avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

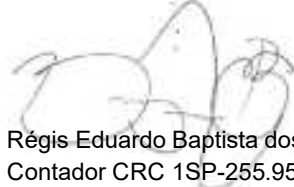
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Enjoei S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	309.098	382.542
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	9.193
Contas a receber	9	20.774	16.001
Impostos a recuperar	10	8.247	7.690
Adiantamentos		7.860	719
Despesas antecipadas		3.565	2.400
Partes relacionadas	18 a)	7.302	-
Outros ativos		167	160
Total do ativo circulante		357.013	418.705
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	339	333
Partes relacionadas	18 a)	-	110
Imobilizado	11	7.927	10.580
Intangível	12	65.417	42.567
Total do ativo não circulante		73.683	53.590
Total ativo		430.696	472.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	13	15.715	20.066
Obrigações sociais e trabalhistas	16 a)	12.921	9.171
Obrigações tributárias	16 b)	645	347
Adiantamentos de clientes	14	5.440	2.597
Outras contas a pagar	15	6.547	5.088
Arrendamento	17	1.661	2.148
Total do passivo circulante		42.929	39.417
Passivo não circulante			
Arrendamento	17	3.532	5.605
Provisão para contingências	19	3.385	2.712
Total do passivo não circulante		6.917	8.317
Patrimônio líquido			
Capital social	20 a)	592.772	591.506
Reservas de capital	20 d)	79.148	57.610
Prejuízos acumulados		(291.070)	(224.555)
Total do patrimônio líquido		380.850	424.561
Total do passivo e patrimônio líquido		430.696	472.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Receita bruta	22	156.569	121.215
Deduções da receita (impostos, devoluções, abatimentos)	22	(17.668)	(15.075)
Receita líquida	22	138.901	106.140
Custo do serviço prestado	23	(90.224)	(78.368)
Lucro bruto		48.677	27.772
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas publicitárias	23	(42.789)	(57.197)
Gerais e administrativas	23	(81.364)	(90.378)
Depreciação e amortização	23	(17.803)	(10.484)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	(2.478)	(3.777)
		(144.434)	(161.836)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(95.757)	(134.064)
Receita financeira	24	40.740	20.786
Despesa financeira	24	(11.498)	(5.507)
Resultado financeiro líquido		29.242	15.279
Prejuízo do exercício		(66.515)	(118.785)
Resultado por ação			
Resultado por ação ordinária (básico)	20. c)	(0,3341)	(0,6030)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(66.515)	(118.785)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(66.515)	(118.785)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Custo com transação de capital			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		630.600	(39.227)	11.540	(105.770)	497.143
Aumento de capital		1.265	-	-	-	1.265
(-) Custos de transação na emissão de ações	20. a)	-	(1.132)	-	-	(1.132)
Plano de remuneração em ações	20. d)	-	-	46.070	-	46.070
Prejuízo do exercício	20. c)	-	-	-	(118.785)	(118.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		631.865	(40.359)	57.610	(224.555)	424.561
Aumento de capital	20. a)	1.266	-	-	-	1.266
Prejuízo do exercício	20. c)	-	-	-	(66.515)	(66.515)
Plano de remuneração em ações	20. d)	-	-	21.538	-	21.538
Saldo em 31 de dezembro de 2022		633.131	(40.359)	79.148	(291.070)	380.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(66.515)	(118.785)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações		17.803	10.484
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível		88	2.020
Provisão para contingências		673	347
Plano de remuneração em ações		21.538	46.070
(Reversão) provisão para perdas com chargeback		(345)	-
Despesa de Juros		438	622
		(26.320)	(59.242)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras vinculadas		9.187	7.123
Contas a receber		(4.428)	(16.001)
Adiantamentos		(7.141)	(436)
Impostos a recuperar		(557)	(4.312)
Partes relacionadas		(7.192)	(110)
Despesas antecipadas		(1.165)	(2.400)
Outros		(7)	(14)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores		(4.351)	5.366
Obrigações trabalhistas		3.750	5.421
Obrigações tributárias		298	(836)
Antecipações de recebíveis		-	(6.507)
Adiantamentos de clientes		2.843	2.597
Outras contas a pagar		1.459	1.348
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(33.624)	(68.003)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(1.032)	(2.083)
Aquisição de intangível		(37.731)	(33.022)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(38.763)	(35.105)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		1.266	1.265
(-) Gastos com emissões de ações		-	(1.132)
Pagamento de arrendamento		(2.323)	(1.190)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(1.057)	(1.057)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(73.444)	(104.165)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		382.542	486.707
No final do período		309.098	382.542
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(73.444)	(104.165)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enjoei S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	156.569	121.215
	156.569	121.215
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(90.224)	(78.368)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(70.309)	(78.416)
Valor adicionado bruto	(3.964)	(35.569)
Depreciação e amortização	(17.803)	(10.484)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela Companhia	(21.767)	(46.053)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	40.740	20.786
Valor adicionado total a distribuir	18.973	(25.267)
Distribuição do valor adicionado	18.973	(25.267)
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	44.648	64.243
Benefícios	3.347	2.654
F.G.T.S.	1.522	1.068
	49.517	67.965
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	20.602	15.248
Municipais	3.708	4.471
	24.310	19.719
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	11.413	5.435
Aluguéis	248	399
	11.661	5.834
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(66.515)	(118.785)
	(66.515)	(118.785)
	18.973	(25.267)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais (R\$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Enjoei S.A. (“Enjoei” ou “Companhia”) foi constituída em 12 de setembro de 2012, sediada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, São Paulo – SP, e está registrada na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (B3), sob o código ENJU3. O Enjoei atua como uma plataforma de *marketplace* por meio da qual seus usuários, ou *sellers*, ofertam, principalmente, produtos usados na forma de “lojas virtuais” customizadas. O Enjoei realiza a intermediação das compras e vendas realizadas em seu *marketplace*, oferecendo a moderação dos produtos a serem ofertados pelos *sellers* por meio de uma curadoria de fotos e descrição de tais bens e posteriormente disponibilizando-os para venda em sua plataforma. Em contrapartida, o Enjoei recebe uma comissão sobre o valor da transação.

Mudança de sede

Em 18 de maio de 2022, houve mudança da sede para o município de São Paulo/SP.

Gringa Intermediação de Negócios S.A.

Em 09 de dezembro de 2021, conforme recomendação de seu Conselho de Administração, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças tendo por objeto a aquisição de 95% das quotas da Gringa Intermediação de Negócios Ltda.

Conforme Comunicado ao Mercado e Fato Relevante divulgados pela Companhia, respectivamente, em 20 e 27 de maio de 2022, uma das condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Enjoei e os acionistas da Gringa Intermediação de Negócios S.A. não foi cumprida, tendo sido o referido contrato resilido e as negociações para uma possível combinação de negócios formalmente encerradas.

Gestão operacional, financeira e administrativa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 66.515 (prejuízo de R\$ 118.785 para o exercício de 2021), fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$ 33.624 (negativo em R\$ 68.003 para o exercício de 2021), bem como prejuízos acumulados de R\$ 291.070 (R\$ 224.555 em 31 de dezembro de 2021).



A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso. As diretrizes estratégicas preveem: **(i)** expansão do inventário de moda através da fidelização de vendedores, garantindo o crescimento da base de usuários de alta frequência, **(ii)** fortalecimento da comunidade, consolidando o enjoei como o principal destino de moda, promovendo a descoberta e engajamento dos usuários através de soluções de design, experiência e marca, **(iii)** eficiência nos serviços prestados à comunidade, fortalecendo a confiança na plataforma e satisfação dos usuários, **(iv)** eficiência financeira, para acelerar rentabilidade por meio da efetividade de investimentos em aquisição, controle de custos e despesas, bem como pela criação de novas fontes de receita, **(v)** excelência operacional, com o amadurecimento organizacional, através de processos que garantam excelência de execução, mitigando riscos. Com base nos pilares descritos acima, a Companhia se propõe a ser a maior e melhor comunidade brasileira para descobrir e acessar achados, dando vida nova a tudo de moda e um pouco mais.

A Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e conclui que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, conseqüentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas com base neste pressuposto.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Reconhecimento de receita:** se a receita de intermediação da venda de produtos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e
- **Prazo do arrendamento:** se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. Ao calcular o valor presente do arrendamento a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental, mas os pagamentos são valores fixos de acordo com o contrato.



- **Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** a depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível tem vida útil de acordo com a utilização das suas operações, a Companhia revisa periodicamente a estimativa de vida útil e se identificadas, as alterações serão realizadas.
- **Perdas estimadas com *chargeback* parcela enjoei:** as perdas estimadas com *chargeback* são relacionadas a parcela que cabe ao enjoei em cada transação e são calculadas pela média mensal do GMV (*Gross Merchandise Volume*) versus o *chargeback* incorrido (*cohort*).
- **Provisões para contingências:** as provisões para contingências são revisadas periodicamente e classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Para os processos com probabilidade de perda provável são constituídas as provisões.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e imobilizado:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Perda esperada com *chargeback*:** premissas em relação à estimativa de cancelamentos relacionadas a disputas, fraudes e desistência de compra por parte do usuário dentro do limite de tempo estabelecido.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo, sendo esses itens materiais mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.



6. Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos:

(i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de *performance* previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de *performance* é atendida.

As estimativas de perda relacionadas ao *chargeback* são reconhecidas quando necessário juntamente ao atingimento da obrigação de *performance*, para representar o montante esperado de receitas pela Companhia sobre os serviços transferidos.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A principal linha de serviço da Companhia está detalhada a seguir:

Receita de intermediação

A Companhia reconhece receita pela intermediação do comércio online ("*marketplace*"), por meio de sua plataforma virtual (website). A receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de *performance* é satisfeita em um certo ponto no tempo, ocorrendo sete dias após a entrega dos produtos comercializados do vendedor ao comprador.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são identificadas.

Remuneração esperada e alocação da remuneração

A Companhia adota o procedimento de reconhecer receitas referentes à prestação de serviços de intermediação e publicidade mediante ao atendimento da obrigação de *performance* contratuais pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente. Dessa forma, a Companhia satisfaz a obrigação de *performance* em momento específico do tempo referente receita de intermediação e publicidade.



Contas a receber

O saldo do contas a receber é registrado e mantido no balanço patrimonial, pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e são registrados pelo valor da parcela da transação que corresponde a prestação de serviços de intermediação em cada venda.

As vendas efetuadas pela Companhia podem ser parceladas pelos clientes em até doze vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, podendo ter acréscimo no preço praticado nas vendas a prazo em relação às vendas à vista.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com a NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. A Companhia não efetua o registro de imposto diferido sobre prejuízo fiscal em decorrência da ausência de histórico de rentabilidade.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.



As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis	(a)	(a)
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Direito de uso	(a)	(a)

(a) A depreciação das benfeitorias e do direito de uso é calculada pelo prazo contratual de utilização, conforme os contratos realizados pela Companhia que em média é de cinco anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento e manutenção da plataforma são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Software (i)	05 anos	05 anos
Plataforma – site (ii)	05 anos	05 anos

(i) Refere-se a softwares adquiridos separadamente para uso nas funções administrativas e comerciais da Companhia; e



- (ii) Refere-se aos gastos incorridos na medida em que o conteúdo da plataforma é desenvolvido para outros fins que não sejam anunciar e promover os produtos e serviços, são de natureza semelhante à fase de desenvolvimento. As despesas incorridas nessas etapas são incluídas no custo da plataforma e reconhecido como um ativo intangível, uma vez que os gastos podem ser diretamente atribuídos ou alocados de forma razoável e consistente à preparação do site para a finalidade pretendida.

A plataforma foi reconhecida como um ativo intangível após o reconhecimento inicial, aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R4) Ativo Intangível (IAS 38), sendo amortizado pelo período esperado de vida útil e benefício econômico da plataforma de cinco anos e avaliado por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisou as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável de seus ativos de vida útil definida, e a revisão não resultou no reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável.

O valor recuperável foi apurado com base no seu valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado (FDC) com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração da Companhia.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Taxa de desconto	20,5%
Taxa de crescimento na perpetuidade	5,2%

A taxa de desconto utilizada foi obtida por premissas da Administração da Companhia e sensibilizado o valor obtido pela metodologia do fluxo de caixa descontado frente à taxa de desconto em conjunto ao crescimento da perpetuidade.

A Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com as premissas de mercado.

O lucro operacional foi projetado utilizando premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas, expectativas de desempenho e desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

i) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;



- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



A Companhia como parte de sua política de fluxo de caixa, procedeu com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e consequentemente reconhecimento da receita. No exercício de 2021, a Companhia iniciou a implementação da migração das suas transações para outra operadora de meio de pagamento e partir de abril de 2021 não antecipou mais os recebíveis, que agora constam devidamente no seu ativo com o *aging list* demonstrando o saldo do contas a receber.

Na rubrica adiantamentos de clientes, são registrados os valores recebidos e não faturados que segue o critério do reconhecimento da receita conforme a Nota Explicativa nº 6 (b) (i).

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Capital social

Ações

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32 (R4) (IAS 12).

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda por *chargeback* e disputas, estas perdas são reconhecidas na alocação do preço pago no reconhecimento da receita.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.



Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3) / IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento na rubrica “Arrendamento” no balanço patrimonial.

n) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.



Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de IFRS, representam informação suplementar, como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

p) Reclassificação nas demonstrações do resultado e do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A administração da Companhia reclassificou nas demonstrações do resultado e do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021: **(i)** o PIS e a Cofins sobre receita financeira no montante de R\$ 1.014, anteriormente apresentados como despesas gerais e administrativas, foi reclassificado para a rubrica de receita financeira.

As citadas reclassificações não alteraram o patrimônio líquido e o resultado do exercício da Companhia ou os demais elementos destas demonstrações contábeis.

q) Novas normas e pronunciamentos ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.



Atualmente a Companhia não possui impostos diferidos contabilizados.

(iii) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Caixa geral	-	1
Bancos	2.927	13.304
Aplicações financeiras automáticas (i)	2.629	7.522
Fundos de investimentos (ii)	303.542	361.715
Total	309.098	382.542

(*) Os montantes aplicados em fundo de investimentos e aplicações financeiras automáticas, foram segregados para melhor apresentação.

- (i) As aplicações financeiras automáticas possuem liquidez imediata. O rendimento das aplicações financeiras automáticas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram em média 2% do CDI.
- (ii) O fundo de investimento Enjoy FC de FI RF Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Bradesco S.A. e possui liquidez imediata. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram em média 108,65% e 115,22% do CDI, respectivamente.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva para aquisição de mídia (i)	-	9.193
Caução de aluguel	339	333
Total	339	9.526
Circulante	-	9.193
Não circulante	339	333
Não circulante	339	9.526

- (i) Em 12 de dezembro de 2018 e 10 de junho de 2020, a Companhia celebrou um Memorando de Entendimentos sobre consumo de mídia com a Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo"), parte relacionada, conforme Nota Explicativa nº 18, item (c), que estabeleceu termos e condições para a utilização de espaços publicitários na Globo no montante de R\$ 21.500 e R\$ 15.000, respectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve a quitação dos valores devidos decorrentes do primeiro memorando de mídia, do segundo memorando de mídia e dos primeiros aditivos, apresentando na rubrica de Partes Relacionadas, conforme a Nota Explicativa nº 18 (c).



9. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Operadora de meios de pagamentos	20.902	16.474
(-) Perda estimada com <i>chargeback buyer</i>	(128)	(473)
Total	20.774	16.001

As perdas estimadas com *chargeback* relacionadas a parcela da Companhia em cada transação são calculadas pela média mensal do GMV (*Gross Merchandise Volume*) versus o *chargeback* incorrido (*cohort*) e foram registradas como perdas na demonstração do resultado.

A movimentação da perda estimada com *chargeback* é como segue:

31/12/2020	(369)
(Ingressos)	(104)
31/12/2021	(473)
(Ingressos)	(278)
Reversões	623
31/12/2022	(128)

A composição do contas a receber por idade de vencimento (a vencer) é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Até 30 dias	6.759	4.813
Entre 31 e 60 dias	4.010	2.844
Entre 61 e 90 dias	3.236	2.653
Entre 91 e 120 dias	2.113	1.727
Entre 121 e 150 dias	1.733	1.514
Entre 151 e 180 dias	1.153	1.092
Acima de 181 dias	1.898	1.831
Total	20.902	16.474

10. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS (i)	182	789
Cofins (i)	169	2.765
Saldo negativo de IRPJ (ii)	7.840	3.701
IRPJ/ CSLL pago a maior	-	321
Outros	56	114
Total	8.247	7.690

- (i) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registrou créditos de PIS e Cofins decorrentes de sua atividade operacional da Companhia;
- (ii) O saldo de IRPJ está relacionado ao imposto de renda retido sobre os rendimentos dos volumes resgatados das aplicações financeiras do exercício de 2022;



11. Imobilizado

Conciliação do valor contábil

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:

	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Direito de uso	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2020	1.604	1.750	400	-	3.226	6.980
Adições	1.790	71	163	2.020	6.505	10.549
Baixas (i)	-	-	-	(2.020)	(245)	(2.265)
Em 31 de dezembro de 2021	3.394	1.821	563	-	9.486	15.264
Adições	541	100	177	214	1.573	2.605
Baixas (ii)	(110)	-	(7)	-	(2.248)	(2.365)
Em 31 de dezembro de 2022	3.825	1.921	733	214	8.811	15.504
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2020	(417)	(663)	(124)	-	(1.433)	(2.637)
Depreciação	(521)	(422)	(40)	-	(1.309)	(2.292)
Baixas (i)	-	-	-	-	245	245
Em 31 de dezembro de 2021	(938)	(1.085)	(164)	-	(2.497)	(4.684)
Depreciação	(657)	(455)	(69)	-	(1.741)	(2.922)
Baixas	24	-	5	-	-	29
Em 31 de dezembro de 2022	(1.571)	(1.540)	(228)	-	(4.238)	(7.577)
Valor contábil líquido:						
Em 31 de dezembro de 2021	2.456	736	399	-	6.989	10.580
Em 31 de dezembro de 2022	2.254	381	505	214	4.573	7.927

- (i) O saldo na linha de baixas se refere ao cancelamento da reforma no escritório de Barueri, com devida baixa nas imobilizações em andamento.
- (ii) A baixa do direito de uso de R\$ 2.248 ocorreu em virtude do distrato do contrato de locação do escritório de Barueri em fevereiro de 2022.



12. Intangível

Conciliação do valor contábil

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Softwares	Plataforma – site	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2020	-	32.080	32.080
Adições	64	32.958	33.022
Em 31 de dezembro de 2021	64	65.038	65.102
Adições	-	37.731	37.731
Em 31 de dezembro de 2022	64	102.769	102.833
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2020	-	(14.343)	(14.343)
Amortização	(5)	(8.187)	(8.192)
Em 31 de dezembro de 2021	(5)	(22.530)	(22.535)
Amortização	(13)	(14.868)	(14.881)
Em 31 de dezembro de 2022	(18)	(37.398)	(37.416)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	59	42.508	42.567
Em 31 de dezembro de 2022	46	65.371	65.417

A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não identificou indícios de não recuperabilidade.

13. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Frete e logística	5.349	5.562
Armazenagem e logística	1.222	915
Publicidade e propaganda terceiros	4.388	6.463
Serviços de hospedagem do site e tecnologia	3.413	2.978
Consultorias	771	1.530
Aquisição de imobilizado	89	1.961
Outros	483	657
Total	15.715	20.066

(*) A Companhia procedeu com a reclassificação dos montantes apresentados entre fornecedores de armazenagem e logística e fornecedores de frete e logística de forma segregada.



14. Adiantamentos de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes	5.440	2.597
Total	5.440	2.597

Os adiantamentos de clientes são representados por recebimentos de transações ocorridas, já recebidas e ainda não faturadas, para as quais não foram cumpridas as obrigações de performance para o reconhecimento da receita pela Companhia. A variação dos adiantamentos de clientes ocorre em decorrência da opção do usuário da modalidade de pagamento, com a opção de pagamento à vista, por meio de PIX, boleto ou cartão de crédito.

15. Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Recursos de terceiros – disputas (Meio de pagamento – Wirecard) (i)	-	2.998
Recursos de terceiros – transações (Meio de pagamento – Pagar.Me) (ii)	6.164	1.971
Chargeback sellers (iii)	298	-
Outros	85	119
Total	6.547	5.088

(*) A Companhia procedeu com a segregação para melhor apresentação das transações efetuadas junto as operadoras de meio de pagamento Wirecard (descontinuada pela Companhia) e Pagar.me.

- (i) Referem-se às transações realizadas através do meio de pagamentos Wirecard Brasil Instituição de Pagamento S.A., em disputa entre compradores e vendedores usuários da plataforma, e que foram custodiados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 as transações com o Wirecard, foram liquidadas em decorrência da descontinuidade do meio de pagamento Wirecard, houve uma migração do processamento das transações de meios de pagamentos para uma nova operadora, objetivando maior eficiência operacional e financeira sobre as operações de pagamentos da plataforma da Companhia.
- (ii) Referem-se a transações realizadas através do meio de pagamentos Pagar.Me Instituição de Pagamentos S.A., cujos montantes foram recebidos pela Companhia e estão mantidos em custódia até o atingimento da obrigação de performance, quando os montantes são transferidos aos vendedores.

(iii) As transações registradas como *chargeback sellers*, são originadas das transações de vendas, e correspondem ao montante líquido que os vendedores receberão ao final da transação. A Companhia reconhece o *chargeback sellers* no momento do recebimento do montante total da transação e são repassadas aos vendedores quando ocorre o atingimento da obrigação de performance.

16. Obrigações sociais e trabalhistas e obrigações tributárias

a) Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Salários a pagar	2.443	2.173
IRRF a pagar	1.814	2.217
Provisão de férias	5.096	3.536
Provisão de bônus	2.102	-
INSS a recolher	1.083	928
FGTS a recolher	365	281
Outros	18	36
Total	12.921	9.171



(*) A Companhia procedeu com a segregação para melhor apresentação do valor do imposto de renda a pagar.

b) Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021 (*)
ISS a recolher	374	256
PIS a recolher	27	-
COFINS a recolher	123	-
Cide a recolher	8	9
Impostos retidos a recolher (PCC alíquota 4,65%)	27	42
INSS retido a recolher	80	5
Outros	6	35
Total	645	347

(*) A Companhia procedeu com a segregação para melhor apresentação dos valores retidos de INSS.

17. Arrendamento

A Companhia efetua o arrendamento de alguns imóveis (unidades administrativas e centro de distribuição). Os arrendamentos dos imóveis são classificados como conjuntos (tanto o terreno como suas edificações) e normalmente duram 05 anos, com opção de renovação do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve adição de um novo contrato referente ao escritório da Companhia em São Paulo/SP.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve adição de dois novos contratos sendo escritório da Companhia em Barueri/SP (descontinuado em 18 de fevereiro de 2022) e centro de distribuição em Cabreúva/SP para expansão das operações do Enjoei Pro.

As informações sobre arrendamentos, para os quais a Companhia é o arrendatário, são apresentadas a seguir:

i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 11).

Arrendamento de imóveis

Saldo em 31/12/2020	1.793
Adição – novos contratos	6.505
Baixa	(245)
Despesa de depreciação do exercício	(1.309)
Baixa depreciação	245
Saldo em 31/12/2021	6.989
Adição – novos contratos	1.573
Baixa	(2.248)
Despesa de depreciação do exercício	(1.741)
Saldo em 31/12/2022	4.573



ii) Valores reconhecidos no resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre arrendamento	438	519

iii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxas que variam de 5,71% a 8,34% a.a., sendo estas taxas as que melhor refletem o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de imóveis	5.678	8.687
(-) Encargos financeiros futuros	(485)	(934)
Valor presente dos arrendamentos de imóveis	5.193	7.753
Circulante	1.661	2.148
Não circulante	3.532	5.605

A movimentação do passivo de arrendamento é conforme segue:

31 de dezembro de 2020	1.919
(+) Adição	6.505
(-) Juros incorridos	519
(+) Pagamentos de principal e juros	(1.190)
31 de dezembro de 2021	7.753
(+) Adição	1.573
(-) Baixa	(2.248)
(-) Juros incorridos	438
(+) Pagamentos de principal e juros	(2.323)
31 de dezembro de 2022	5.193

iv) Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento de longo prazo é conforme segue:

A vencer em 2024	1.917
A vencer em 2025	1.013
A vencer em 2026	602
Total	3.532

v) Potencial direito de PIS e Cofins

Indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.763	1.461
PIS/Cofins potencial (9,25%)	163	135



vii) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA acumulado dos últimos doze meses, é de 5.79%, e representam os seguintes montantes:

Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Fluxo real	31/12/2022	Fluxo real	31/12/2022
Direito de uso	4.573	Passivo de arrendamento	5.193
Depreciação	(1.741)	Despesa financeira	(438)

Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Fluxo inflacionado	31/12/2022	Fluxo inflacionado	31/12/2022
Direito de uso	4.838	Passivo de arrendamento	5.494
Depreciação	(1.842)	Despesa financeira	(463)

18. Partes relacionadas

a) Mútuo com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Mútuo com partes relacionadas (i)	-	110
Adiantamento à fornecedores (partes relacionadas) (ii)	7.302	-
Total	7.302	110
Circulante	7.302	-
Não circulante	-	110
Total	7.302	110

- (i) Mútuo realizado com empresa relacionada a um dos acionistas da Companhia, valor corrigido e quitado em 18 de agosto de 2022.
- (ii) Em 9 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a liquidação do saldo dos contratos de "media for equity" descritos no item "c" no montante de R\$ 7.302, para a sociedade Globo Comunicações e Participações S.A. ("Globo"). A Companhia deverá utilizar os espaços publicitários remanescentes até dezembro de 2023.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da administração (i)	26.137	51.252
Total	26.137	51.252

- (i) A redução da remuneração da administração refere-se substancialmente ao plano de remuneração em ações em 2022 no valor de R\$ 20.493 (R\$ 43.828 em 2021).

c) Outras operações com partes relacionadas

Media for equity – Grupo Globo

Em 12 de dezembro de 2018, a Ithaca Investments Ltd. ("Ithaca"), afiliada da Globo Comunicações e Participações S.A. ("Globo"), e a Enjoei Ltd. ("Enjoei Holding"), detentora à época, de 99,99% do capital da Companhia, celebraram um contrato de compra e venda de ações, pelo qual a Ithaca adquiriu 6.368.615 ações do capital social da Enjoei Ltd, tornando-se, portanto, acionista indireto da Companhia.



Em 12 de dezembro de 2018 e 10 de junho 2020, a Companhia e a sociedade Globo Comunicações e Participações S.A. ("Globo"), afiliada da Ithaca Investments Ltd. ("Ithaca"), celebraram memorandos de entendimento, no qual estabeleceram termos e condições para a aquisição, com base em condições e preços estabelecidos em tais contratos, da Globo ou de suas afiliadas, espaços publicitários nos valores de R\$ 21.500 e R\$ 15.000, respectivamente, para inserção/veiculação de comerciais/anúncios dos serviços, marcas e/ou produtos, sobre as inserções de mídia a seguir discriminadas:

- i) Inserção na TV Globo (TV Aberta);
- ii) Inserção na Globosat (TV Fechada);
- iii) Inserção na Editora Globo (jornais e revistas); e
- iv) Mídias digitais.

Em 22 de setembro de 2020, a Ithaca Investments Ltd. ("Ithaca") transferiu para a Aram, LLC as ações que detinha da Companhia, passando a Aram, LLC a ser o acionista titular dessas ações.

Em 05 de maio de 2021, a Companhia e a Globo junto com suas afiliadas, firmaram o 1º aditivo ao Memorando de Entendimentos do qual estabeleceram que o prazo para veiculação/inserção de anúncios comerciais, de serviços, marcas e produtos da Companhia será de 30 meses, contados da data da celebração do memorando de entendimentos, podendo ser prorrogados por mais 12 meses.

Em 9 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a liquidação do saldo dos contratos no montante de R\$ 7.302 e deverá utilizar os espaços publicitários remanescentes até dezembro de 2023. O quadro a seguir sumariza as transações e saldos de balanço com as partes relacionadas sobre este contrato:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo – Reserva para compra de mídia	-	9.193
Ativo – Partes relacionadas Grupo Globo	7.302	-
Passivos – Contas a pagar Publicidade e propaganda Grupo Globoc	-	66
Despesas – Publicidade e propaganda Grupo Globo	2.358	7.123

19. Provisões para contingências

Processos com risco de perda provável

A Companhia está envolvida em assuntos legais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributários, trabalhistas e cíveis.

A Companhia classifica os riscos de perda nestes temas como: (i) prováveis, (ii) possíveis ou (iii) remotos. As provisões registradas em relação a tais discussões são determinadas pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas de acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$ 673 (líquido das reversões ocorridas no exercício), totalizando o saldo de R\$ 3.385 de provisões para contingências (R\$ 2.712 em 31 de dezembro de 2021).



A movimentação das provisões para riscos tributários e cíveis ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2020	119	2.246	2.365
Provisão	446	619	1.065
Reversão	(368)	(350)	(718)
Saldo em 31/12/2021	197	2.515	2.712
Provisão	832	279	1.111
Reversão	(438)	-	(438)
Saldo em 31/12/2022	591	2.794	3.385

Processos com risco de perda possível

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia e classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 7.731 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.704 em 31 de dezembro de 2021), nos quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Inquéritos policiais em curso

Inquérito Policial nº 5003298-73.2020.4.03.6181

Em 15 de maio de 2020, a Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal em São Paulo ("DELEFAZ") instaurou inquérito policial para apurar a venda de cigarros eletrônicos por usuários na plataforma da Companhia.

A Companhia já prestou esclarecimentos sobre o funcionamento da plataforma e fez prova de que os anúncios de cigarro eletrônico listados por seus usuários já haviam sido retirados da mesma, em que pese que tal manifestação da Companhia ainda não tenha sido acostada nos autos do inquérito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava o retorno de carta precatória expedida para intimação e oitiva da consumidora.

Inquérito Policial nº 0081324-32.2018.8.26.0050

Em 17 de julho de 2018, foi instaurado pela 2ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Infrações inquérito Policial para apurar suposta prática de indução do consumidor a erro por via de indicação ou afirmação falsa sobre a natureza e qualidade de um bem ou serviço. A Companhia já atendeu às determinações legais requeridas, prestando todos os esclarecimentos necessários, demonstrando todos os detalhes da operação de sua plataforma e os seus Termos e Condições de Uso, que atestam que a Companhia é uma plataforma para a promoção de compra e venda de produtos de origem lícita e que veta veementemente a comercialização de produtos de caráter duvidoso e/ou ilícito.

Em 07 de fevereiro de 2022, o Juiz de Direito homologou a promoção de arquivamento apresentado pelo Ministério público e determinou a baixa definitiva do Inquérito Policial.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os acionistas aprovaram em Reunião do Conselho de Administração (RCA) aumentos de capital sendo (i) em 13 de maio 2022 o aumento de capital no montante de R\$ 269, representado por 506.945 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e (ii) em 12 de julho 2022 o aumento de capital no montante de R\$ 997, representado por 1.880.456 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.



Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 633.131. Considerando os custos de transação na emissão de ações no valor de R\$ 40.359 conforme requerido pela NBC TG 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, o montante totaliza R\$ 592.772, representado por 200.243.184 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório para os acionistas, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, quando houver ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

c) Prejuízo por ação

Apresentamos a seguir o cálculo do prejuízo por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador básico		
Prejuízo do exercício	(66.515)	(118.785)
Denominador		
Média ponderada de ação - básica	199.069	196.992
Prejuízo básico por ação em (R\$)	(0,3341)	(0,6030)

As opções de ações não foram incluídas no cálculo do resultado por ação diluído, porque são antidiluidores para o prejuízo do exercício. Não há outros instrumentos diluidores a serem considerados.

d) Plano de outorga de opção de compra de ações

i) Programas de opção de compra de ações vigentes

Primeiro programa de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Opções, cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério do Conselho de Administração para participar do Plano Opções. O Plano prevê a abrangência de até 14.172.550 opções, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. As principais premissas utilizadas para o cálculo, a partir do modelo Black & Scholes, estão descritas a seguir:

Lote	Data da outorga	Prêmio estimado (em reais)	Preço de exercício (em reais)	Volatilidade esperada (a)	Taxa de juros livre de riscos (b)	Quantidade de opções outorgadas	Valorização das opções (em milhares de reais) (c)
Primeiro	05/11/2020	9,33	0,53	26,95%	2,25%	2.387.403	22.265
Segundo	05/11/2020	9,35	0,53	26,95%	3,44%	2.387.403	22.314
Terceiro	05/11/2020	9,38	0,53	26,95%	4,87%	2.387.403	22.395
Quarto	05/11/2020	9,42	0,53	26,95%	5,94%	2.387.403	22.488
Total						9.549.612	89.462

(a) Em virtude de a Companhia não possuir histórico extenso de negociação na bolsa de valores, foi utilizada a volatilidade com base no índice B3;

(b) Refere-se à taxa Selic esperada pelo mercado para a data de vencimento de cada lote; e



- (c) Valor justo do total do Plano de Opção de Compra de ações, obtido a partir da multiplicação do valor justo unitário da Opção de Compra de ações pela quantidade de ações total do plano.

Quinto programa de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2022, foi deliberado o Quinto Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 2.790.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa.

As principais premissas utilizadas para o cálculo, a partir do modelo Black & Scholes, estão descritas a seguir:

Lote	Data da outorga	Prêmio estimado (em reais)	Preço de exercício (em reais)	Volatilidade esperada (a)	Taxa de juros livre de riscos (b)	Quantidade de opções outorgadas	Valorização das opções (em milhares de reais) (c)
Primeiro	24/08/2022	0,54	1,22	79,15%	13,25%	558.000	302
Segundo	24/08/2022	0,72	1,22	79,15%	12,07%	558.000	402
Terceiro	24/08/2022	0,85	1,22	79,15%	11,55%	837.000	708
Quarto	24/08/2022	0,94	1,22	79,15%	11,50%	837.000	789
Total						2.790.000	2.201

- (a) A volatilidade foi calculada a partir do histórico de negociação das ações da Companhia na bolsa de valores B3;
- (b) Refere-se à taxa Selic esperada pelo mercado para a data de vencimento de cada lote; e
- (c) Valor justo do total do Plano de Opção de Compra de ações, obtido a partir da multiplicação do valor justo unitário da Opção de Compra de ações pela quantidade de ações total do plano.

ii) Programas de opção de compra de ações cancelados

Programa	Data da aprovação	Órgão responsável pela aprovação	Data de cancelamento
Segundo	15/03/2021	Conselho de	29/10/2021
Terceiro	29/10/2021	Administração da	24/08/2022
Quarto	18/02/2022	Companhia	24/08/2022

Exercício das opções já outorgadas

O exercício de carência das opções outorgadas é conforme a seguir:

1º Plano:

Lote	Quantidade	Exercício de carência
1º lote	25%	06 meses após a divulgação do prospecto definitivo do IPO
2º lote	25%	18 meses após a divulgação do prospecto definitivo do IPO
3º lote	25%	30 meses após a divulgação do prospecto definitivo do IPO
4º lote	25%	42 meses após a divulgação do prospecto definitivo do IPO



5º Plano:

Lote	Quantidade	Exercício de carência
1º lote	20%	12 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.
2º lote	20%	24 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.
3º lote	30%	36 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.
4º lote	30%	48 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.

Em 2021, foram exercidas 2.387.401 opções de ações referentes ao primeiro lote, do primeiro plano de opções de ações, sendo o preço do exercício de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos) por ação, perfazendo o total de R\$ 1.265 que foi integralizado.

Em maio de 2022 se tornaram exercíveis 2.387.401 opções de ações referentes ao segundo lote, do primeiro plano de opções de ações, que foram exercidas ao preço de exercício de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de reais) da seguinte forma: (i) 506.945 opções de ações, perfazendo o total de R\$ 269 que foi integralizado em maio de 2022 e (ii) 1.880.456 opções de ações, perfazendo o total de R\$ 997 que foi integralizado em julho de 2022.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total das despesas reconhecidas para os programas do plano de remuneração em ações, somam R\$ 21.538 (R\$ 20.509 do primeiro programa, R\$ 399 do terceiro programa, R\$ 74 do quarto programa e R\$ 556 do quinto programa). O saldo apresentado encontra-se registrado no patrimônio líquido e está classificado na rubrica plano de remuneração em ações.

21. Imposto de renda e contribuição social

Para os prejuízos fiscais incorridos, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos, no montante acumulado de R\$ 66.680 e R\$ 52.435, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

22. Receita líquida

A Companhia gera receita principalmente pela intermediação da venda de produtos relacionados em seu portal.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de intermediação	156.569	121.215
Impostos sobre as receitas	(17.668)	(15.075)
Total	138.901	106.140



23. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2022 (Reclassificado)
Frete e logística (ii)	(72.935)	(65.021)
Salários e encargos (iii)	(33.569)	(25.349)
Plano de remuneração em ações (i)	(21.538)	(46.070)
Taxas de transação	(11.773)	(8.089)
Serviços de tecnologia	(18.146)	(14.264)
Marketing e comunicação	(42.789)	(57.197)
Consultorias e outsourcing (iv)	(11.858)	(6.964)
Provisão para contingências	(673)	(347)
Despesas com escritório	(2.141)	(2.993)
Depreciação e amortização	(17.803)	(10.484)
Créditos extemporâneos	372	-
Custódia/encerramento operações Wirecard/Mojo (v)	4.883	-
Outras (despesas) receitas	(6.688)	(3.426)
Total	(234.658)	(240.204)
Custo dos serviços prestados	(90.224)	(78.368)
Despesas publicitárias	(42.789)	(57.197)
Gerais e administrativas	(81.364)	(90.378)
Depreciação e amortização	(17.803)	(10.484)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.478)	(3.777)
Total	(234.658)	(240.204)

- (i) As informações do Plano de outorga de opção de compra de ações, metodologia de cálculo e principais premissas utilizadas para o registro das despesas relacionadas ao plano de remuneração em ações, estão apresentados na Nota Explicativa nº 20 (d);
- (ii) O aumento dos custos com frete e logística para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão relacionados ao aumento das receitas (volume) e subsídios de frete contemplados na estratégia da Companhia;
- (iii) O aumento dos salários e encargos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está relacionado ao crescimento do quadro de colaboradores da Companhia e reajustes por dissídio salarial.
- (iv) O aumento das despesas com consultorias e outsourcing para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão relacionados com a prestação de serviço de consultoria de planejamento estratégico, e pela prestação de serviços advocatícios, auditoria e consultorias para aquisição de 95% das quotas da Gringa Intermediação de Negócios Ltda, cujas negociações para possível combinação de negócios foram formalmente encerradas, conforme Comunicado ao Mercado e Fato Relevante divulgados pela Companhia, respectivamente, em 20 e 27 de maio de 2022.
- (v) Em 31 de dezembro de 2022 os saldos das transações processadas através do meio de pagamentos Wirecard, foram realizadas no resultado em decorrência do encerramento da operação entre a Companhia e Wirecard, vide nota explicativa nº 15 (i).



24. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	40.252	20.663
Descontos obtidos	24	18
Variação cambial ativa	53	39
Variação monetária ativa	411	66
Total das receitas financeiras	40.740	20.786
Despesas financeiras		
Juros sobre antecipações (i)	(10.727)	(4.650)
Despesas bancárias	(283)	(196)
Variação cambial passiva	(16)	(82)
Juros sobre arrendamento	(438)	(519)
Outras despesas	(34)	(60)
Total das despesas financeiras	(11.498)	(5.507)
Resultado financeiro líquido	29.242	15.279

(i) O aumento de juros sobre antecipações em 31 de dezembro de 2022 está relacionado com o respectivo aumento no volume de transações realizadas no exercício.

25. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, antecipações de recebíveis e outras contas a pagar.



Instrumentos financeiros			31/12/2022
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	309.098	-	309.098
Aplicações financeiras vinculadas	339	-	339
Contas a receber	-	20.774	20.774
Adiantamentos	-	7.755	7.755
Total	309.437	28.529	337.966
Passivos			
Fornecedores	-	15.715	15.715
Arrendamento	-	5.193	5.193
Outras contas a pagar	-	6.547	6.547
Total	-	27.455	27.455

			31/12/2021
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	382.542	-	382.542
Aplicações financeiras vinculadas	9.526	-	9.526
Contas a receber	-	16.001	16.001
Adiantamentos	-	719	719
Total	392.068	16.720	408.788
Passivos			
Fornecedores	-	20.066	20.066
Arrendamento	-	7.753	7.753
Outras contas a pagar	-	5.088	5.088
Total	-	32.907	32.907

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



Instrumentos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Ativos - Nível 2		
Caixa e equivalentes de caixa	309.098	382.542
Aplicações financeiras vinculadas	339	9.526
Adiantamentos	7.755	719
Total	317.192	392.787

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

i) Risco de crédito

Operações fraudulentas

O risco por operações fraudulentas via cartão de crédito é assumido pela Companhia, visto que os pagamentos efetuados com cartão de crédito não possuem verificação de titularidade, por se tratar de transação online. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá gerar reembolsos a serem efetuados pela Companhia. No caso de constatação de risco iminente de não realização deste ativo, a Companhia registra provisões para trazê-lo ao seu valor provável de realização. O percentual médio dessas perdas é de 0,58% sobre as receitas de intermediação e não são considerados relevantes para a Companhia.

Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras (mantidas como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) no montante de R\$ 306.510, mantidos em bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que as aplicações financeiras são de baixo risco com base no ranking de avaliação das instituições financeiras. Não foram identificadas provisões para perdas sobre as aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

ii) Risco de mercado

Os negócios da Companhia dependem principalmente de usuários que listam e compram produtos na plataforma online da Companhia. A Companhia depende principalmente da atividade comercial e financeira que seus usuários geram. A Companhia não escolhe quais itens serão listados, nem estabelece preços ou outras decisões relacionadas aos produtos e serviços comprados e vendidos em sua plataforma.



Portanto, os principais direcionadores dos negócios da Companhia estão fora de seu controle e a Companhia depende da preferência contínua de milhões de usuários individuais por seus serviços online.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para as aplicações financeiras contratadas e atreladas a variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Empresa na gestão financeira.

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022	Cenário	Exposição
				razoavelmente possível	
Aplicações financeiras					
liquidez imediata	CDI	12,43%	306.171	12,50%	38.271
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	12,43%	339	12,50%	42
Exposição			306.510		38.314

26. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional, que são as intermediações e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.



27. Transação não caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

Transações de investimento	31/12/2022
Adição de direito de uso	(1.573)
Baixa de direito de uso	(2.248)

Transações de financiamento	31/12/2022
Passivo de arrendamento – novos contratos	1.573
Passivo de arrendamento – baixa de contratos	(2.248)

28. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui cobertura de seguros de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregados da Companhia. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 125 mil, com limite máximo de garantia, no valor de R\$ 30.000.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.

* * *

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DE ATIVIDADES E PARECER SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022
DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO ENJOEI S.A.
(2022)**

O Comitê de Auditoria do Enjoei S.A. (“**Companhia**” ou “**Enjoei**”) é órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, instalado em 31 de agosto de 2020, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021 (“**Resolução CVM 23**”) e do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Comitê**”). O funcionamento do Comitê teve início em 6 de novembro de 2020, quando da entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado celebrado entre a Companhia e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, quais sejam a Sra. Helena Turola de Araújo Penna, o Sr. Marco Antônio André Provetti e a Sra. Ana Paula Wirthmann, todos eleitos pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2022 para mandato até a data da primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2024 que deliberar sobre as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2023. Todos os membros são independentes e possuem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Resolução CVM 23, sendo certo ainda que a Sra. Helena Turola de Araújo Penna é Conselheira Independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, pelo cumprimento de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente contratadas pela Companhia, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (“**Auditor Independente**”) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Auditor Independente é igualmente responsável pela revisão especial das informações financeiras trimestrais (“**ITR**”) enviadas para a CVM. O relatório do Auditor Independente reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da conformidade das demonstrações contábeis do exercício em relação à posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA EM 2022:

O Comitê se reuniu 11 vezes no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- (a) acompanhamento do *roadmap* da área operacional da Companhia, incluindo o monitoramento das melhorias já implementadas e da estratégia de curto e longo prazo para as áreas de Atendimento, Logística e Armazenagem;
- (b) acompanhamento do modelo de apuração trimestral do valor do intangível da Companhia;
- (c) monitoramento das ações relacionadas à gestão de risco e fraude;
- (d) reuniões com a Gerente de Controles Internos e integrantes da área financeira (c.1) para acompanhamento da implementação e funcionamento das estruturas de controles internos, de acordo com o planejamento de 2021, bem como (c.2) para análise do planejamento da área de controles internos para o ano de 2022 e monitoramento de sua execução;
- (e) contratação da empresa de auditoria Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda. para a prestação de serviços de auditoria interna da Companhia;
- (f) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e informações financeiras trimestrais – ITR referentes aos 3 (três) primeiros trimestres de 2022, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, por meio de reuniões com os integrantes da área financeira da Companhia, administradores e com os Auditores Independentes;
- (g) monitoramento das ações, estrutura e planejamento da área de *cybersecurity*;
- (h) acompanhamento da implementação da nova estrutura da área de Assuntos Corporativos, composta por controles internos, jurídico e governança corporativa, bem como para análise e monitoramento da execução do planejamento de curto e médio prazo da área; e
- (i) reunião com a Gerente de Controles Internos e integrantes da área financeira para análise do planejamento da área de controles internos para o ano de 2023.

CONCLUSÃO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022:

Os membros do Comitê de Auditoria do Enjoei, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório preliminar do Auditor Independente e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pelo Auditor Independente, e após discussões, opinaram, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 10 de março de 2023

Helena Turola de Araújo Penna

Coordenadora do Comitê de Auditoria do
Enjoei S.A.

Marco Antônio André Provetti

Membro do Comitê de Auditoria do
Enjoei S.A.

Ana Paula Wirthmann

Membro do Comitê de Auditoria do
Enjoei S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores do Enjoei S.A. (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Tiê Lima

Diretor Presidente

Guilherme Soares Almeida

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores do Enjoei S.A. (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 14 de março de 2023, sobre às demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Tiê Lima

Diretor Presidente

Guilherme Soares Almeida

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores